



PATRIMÓNIO IMATERIAL AMP

Recolha de temas do património imaterial da AMP

Renata Barbosa, Instituto Universitário da Maia – ISMAI, 2014



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional

Conteúdos disponibilizados de acordo com a Licença Creative Commons
Atribuição-CompartilhaIgual 3.0 Portugal, CC BY-SA 3.0 PT,
<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/pt/>

Os textos e imagens incluídos neste documento podem ser livremente reutilizados ou adaptados sendo somente necessário citar a fonte.

Autor:

Renata Barbosa
Instituto Universitário da Maia – ISMAI
Av. Carlos Oliveira Campos
4475-690 Maia
email: rtb@docentes.ismai.pt

Versão 1.01
Julho 2014

A versão mais recente deste documento pode ser obtida em:

<http://www.amp.pt/ebooks/capacitacao/piamp/>

Os vídeos e restante material estão disponíveis no site do projeto PIAMP:

<http://piamp.amp.pt>

Para obter acesso a materiais em bruto que não estejam disponíveis no site do projeto contactar:

Ana Paula Abreu
Área Metropolitana do Porto
Avenida dos Aliados, 236-1.º
4000-065 Porto
email: apabreu@amp.pt

Índice

Património Imaterial AMP	1
PIAMP	1
Arouca: Rebanho Comunitário de Cabras de Regoufe	7
Tempo.....	7
Descrição	7
Referências	11
Espinho: Arte da Xávega em Espinho	12
Tempo.....	12
Descrição	12
Referências	18
Gondomar: Indústria Artesanal da Filigrana.....	19
Tempo.....	19
Descrição	19
Referências	22
Maia: Cortejo Religioso das Canastras Florais	23
Tempo.....	23
Descrição	23
Referências	29
Matosinhos: Indústria Conserveira Tradicional	30
Tempo.....	30
Descrição	30
Referências	37
Oliveira de Azeméis: Parque de La Salette.....	39
Tempo.....	39
Descrição	39
Referências	47
Porto: Eugénio de Andrade lembrado pelos amigos	48
Tempo.....	48
Descrição	48
Referências	53
Póvoa do Varzim: Lancha Poveira.....	54
Tempo.....	54

Descrição	54
Referências	60
Santa Maria da Feira: As Fogaceiras	62
Tempo.....	62
Descrição	62
Referências	70
Santo Tirso: Indústria têxtil. Passado, presente e futuro	71
Tempo.....	71
Descrição	71
Referências	81
São João da Madeira: Indústria da Chapeleira.....	82
Tempo.....	82
Descrição	82
Referências	87
Trofa: A Produção de Arte Sacra no Vale do Coronado	89
Tempo.....	89
Descrição	89
Referências	96
Vale de Cambra: Pão e Vinho	97
Tempo.....	97
Descrição	97
Referências	103
Valongo: Tapetes Florais de Alfena.....	104
Tempo.....	104
Descrição	104
Referências	111
Vila do Conde: O Homem e o Mar	112
Tempo.....	112
Descrição	112
Referências	115
Vila Nova de Gaia: Movimento Associativo	116
Tempo.....	116
Descrição	116
Referências	120

PATRIMÓNIO IMATERIAL AMP

PIAMP

O projeto Recolha do Património Imaterial da Área Metropolitana do Porto, desenvolvido pelo Instituto Universitário da Maia - ISMAI, concentrou-se no registo audiovisual e na recolha de informação relacionada com o tema do património imaterial selecionado por cada município da Área Metropolitana do Porto.



Cada um dos 16 municípios, que integravam a AMP na altura da realização do projeto, escolheu um tema que representasse uma prática ou coleção de práticas culturais, religiosas/pagãs, ou atividades humanas que dessem identidade à comunidade, e que constituíssem uma tradição. No desenvolvimento do projeto da recolha de informação sobre cada um desses temas prestou-se especial atenção, não tanto à forma como ele nasceu mas sim, ao seu desenvolvimento, práticas atuais, e meios de transmissão para as gerações futuras.

Para o desenvolvimento deste projeto o ISMAI alocou uma equipa multidisciplinar com valências em antropologia, património, documentário, audiovisual e multimédia, que com o apoio das equipas técnicas dos diferentes municípios, foi a cada um dos locais associados aos temas em análise e recolheu o máximo de informação sobre o tema.

Para cada tema municipal a informação foi trabalhada de forma a criar um vídeo documentário de 15 minutos e outro de versão resumida (teaser de 5 minutos), destacando-se a criação de um vídeo documentário do Património Imaterial da Área Metropolitana do Porto de 15 minutos que inclui o resumo de todos os temas apresentados no projeto. Os vídeos possuem legendas em português, português para deficientes auditivos, inglês, francês e espanhol (castelhano).

Assume especial relevância o facto de todos os materiais recolhidos, incluindo as imagens de vídeo não editado e os ficheiros masters ficarem livremente disponibilizados segundo a licença Creative Commons que permite a criação de

produtos derivados incluindo para uso comercial (Creative Commons Atribuição-CompartilhaIgual 3.0 Portugal, CC BY-SA 3.0 PT, <http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/pt/>). Isto permite que, quer os municípios quer outras pessoas ou entidades, possam construir sobre o material aqui recolhido.

Salienta-se o fato de faltar ainda representar o tema do Município de Paredes por a sua entrada na AMP ser demasiado recente, eis a lista dos 16 temas tratados:

- **Arouca:** rebanho comunitário de cabras de Regoufe, uma aldeia localizada numa das encostas da Serra da Arada, aproximadamente a 615m de altitude, onde o pastoreio do rebanho ainda se pratica de forma comunal, embora esta mesma comunidade tenha vindo a diminuir de forma significativa sendo o rebanho, na atualidade propriedade apenas de cinco agregados familiares, e enquanto tal, levado para o monte por cinco pastoras que alternam esta atividade ao longo do ano, em função da quantidade de cabras pertença de cada agregado. Segundo a comunidade, a não permanência das gerações mais novas que pudessem dar continuidade a esta atividade tradicional e a reintrodução do lobo ibérico nas áreas contíguas às áreas de pastoreio com os ataques ao rebanho a intensificarem-se, poderá levar, em breve, à completa extinção do mesmo.
- **Espinho:** arte da pesca da Xávega, um sistema de pesca artesanal caracterizado pelo lançamento de um aparelho de arrasto (a xávega) a partir de um barco que parte da praia, se desloca até às distâncias consentidas pelo aparelho, e à praia regressa. Este sistema de pesca artesanal mantém-se quase inalterável desde a primeira vez em que foi praticado, e as modernizações mais significativas dizem respeito à substituição da força motriz humana e das vacas, pela dos motores, quer seja na navegação dos barcos quer na recolha das redes. A equipa de produção do documentário acompanhou as três companhas atualmente a operar na Praia de Espinho, saindo com elas para o mar para registar as diferentes atividades desenvolvidas pela tripulação de mar e simultaneamente manteve uma parte da equipa em terra para registar quer as atividades de preparação para a saída quer as de chegada, desde o atracar da embarcação, passando pelo puxar das redes, até à separação do pescado e arrumar dos aprestos de pesca.
- **Gondomar:** indústria artesanal da filigrana praticada em oficinas de pequena escala onde os artesãos da filigrana produzem artigos de ourivesaria em ouro ou prata, utilizando técnicas da filigrana passadas de geração em geração. Também neste projeto, as técnicas ancestrais, uma vez que de indústria artesanal se trata, e a sua transmissão são o tema central dos registos realizados. Apesar de entre as diferentes oficinas de ourivesaria, se perceber que a mesma técnica base é empregue, as ferramentas são umas mais modernas do que outras mas, na

generalidade é uma atividade cujas técnicas e ferramentas pouco mudaram desde que introduzida pelos fenícios na Península Ibérica durante o século VIII A.C.

- **Maia:** canastras florais da vila de Nogueira da Maia, uma tradição que se acredita teve início no séc. XVIII, foi perdida, e novamente recuperada nos anos 80. A organização dos grupos que realizam as canastras é por lugares, e os elementos que os constituem podem ser agrupamentos de particulares residentes, por instituições ou por escolas. O recuperar da tradição passou pela organização de um conjunto de formações nos anos 80 e a sua transmissão pretende-se ser facilitada, nos dias de hoje, pela integração de algumas escolas no projeto.
- **Matosinhos:** indústria conserveira tradicional, neste caso exemplificada pela fábrica Pinhais fundada em 1920 e que é uma das últimas que só usa peixe fresco e se mantém fiel a métodos artesanais usados desde praticamente a data da sua fundação.
- **Oliveira de Azeméis:** Parque de La Salette, um parque situado a nascente da cidade de Oliveira de Azeméis e que nasceu num contexto religioso, como tributo à execução das preces '*ad pluviam*' por N. Sra. de La Salette, pela vontade de um grupo de cidadãos que se organizou quer para a construção da capela, quer para o crescimento e enriquecimento daquele que é hoje o Parque de La Salette. O objetivo deste documentário consistia em representar as suas origens, organização e usos presentes. Os usos, mais uma vez, dependem da capacidade que a comunidade tem de transmitir a sua tradição; alguns são transmitidos de geração em geração mas novos se criam e, desta forma, se tem renovado o Parque de La Salette, que pretende ser de todos e para todos, os de dentro e os de fora. Um parque da comunidade para a comunidade.
- **Porto:** o poeta Eugénio de Andrade lembrado pelos amigos com os quais mantinha relações de maior proximidade. As memórias de quem com Eugénio conviveu são únicas e pessoais mas, as palavras-chave, de alguma forma são recorrentes em cada uma das histórias e, aos poucos, se constrói a imagem de Eugénio nas suas dimensões de homem e de poeta, e com ela a história de todos os que a contam.
- **Póvoa de Varzim:** o barco de pesca tradicional Lancha Poveira - 'escola da memória', nomeadamente o uso presente de uma réplica exata para fins de aprendizagem, uso turístico e como objeto identitário da comunidade. Na construção das pontes que ligam o passado, o presente e o futuro, com o mar de permeio, a Lancha Poveira é a ponte que se pretendeu registar e como Batista bem expressa, 'A riqueza de uma terra com atratividade turística assenta não na repetição da mesma oferta global, mas na marca distintiva como portadora de identidade cultural, mergulhada na mais profunda tradição da sua comunidade'.

- Santa Maria da Feira: festa das fogaceiras, uma atividade tradicional que tem as suas origens numa lenda e cuja motivação é de carácter religioso. Um aspecto relevante deste projeto é a forma como a administração municipal tomou a seu cargo a tarefa de garantir a continuidade desta tradição, com atividades que promovem a sua difusão, tanto quanto, garantir que as crianças conhecem a sua origem e a forma como no presente se desenvolve.

- Santo Tirso: a indústria têxtil, nomeadamente o seu passado, presente e futuro. A origem da indústria têxtil no Vale do Ave, está baseada na atividade de transformação do linho fortemente ligada à autossuficiência da vida rural. Numa zona rural, com uma agricultura essencialmente de subsistência, onde a pobreza grassava e a emigração teve forte impacto no tecido social e económico, poder-se-ia prever a adesão da população ao operariado fabril, como forma de solucionar a precariedade económica e social em que viviam. Começou a desenvolver-se uma mão-de-obra especializada, à qual a adoção do modelo de fábrica-escola não foi alheio, com gerações de operários fabris em que famílias inteiras trabalham na têxtil. Duas unidades fabris criadas, a Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela e a Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Thyrso (fábrica do Teles) constituíram modelos paradigmáticos da indústria têxtil do algodão. A escala em que estas fábricas foram construídas e operaram, vai muito para além da escala humana, no entanto, é da escala humana que nos falam os seus antigos trabalhadores, nossos informantes, no documentário que se apresenta, destas que foram, para além de grandes fábricas da têxtil, grandes comunidades. Com o decadência do sector e o fecho das fábricas enquanto unidades produtivas, hoje, a primeira funciona como recetor de atividades de vária índole, de carácter cultural e desportivo e a segunda foi adquirida pelo Município e reabilitada, integrada numa estratégia de revitalização e desenvolvimento urbano que se reorganiza para funcionar como um “espaço de trabalho, negócios, experimentação e inovação, de cultura, de fruição e lazer, receber empresas como incubadoras e criar uma unidade que se pretende moderna de promoção do têxtil, a iMOD, que tem vindo a desenvolver em parceria com a ESAD, um centro laboratorial e experimental cujo o objetivo principal consiste na criação de formas de valorização das instituições parceiras e da indústria têxtil local.

- São João da Madeira: a indústria da chapelaria, a primeira atividade industrial a estabelecer-se neste concelho. É tudo sobre as histórias mantidas que foram conservados pela memória comum e neste projeto nos são partilhadas pelos antigos trabalhadores desta indústria, muitos deles da antiga Empresa Industrial de Chapelaria que, hoje em dia, abriga o Museu da Chapelaria: “Dentro destas paredes guardamos máquinas, ferramentas, matérias-primas, chapéus. Guardamos as histórias que a memória salvou.”

- Trofa: arte sacra no Vale do Coronado, criada nas oficinas dos mestres santeiros. O crescimento das oficinas levou a uma transformação estrutural das oficinas em oficinas-fábrica, com a especialização hierarquizada da mão-de-obra, trabalhando em série sem deixarem de trabalhar artesanalmente. Para a transmissão do saber, organizavam-se em oficinas escola, e os mestres ou artífices especializados transmitiam-no aos aprendizes. As memórias dos artífices que relatam o ciclo de criação, crescimento e queda, e as mágoas de quem quer transmitir este saber e não tem a quem.
- Vale de Cambra: a produção do pão e do vinho, usando práticas agrícolas associadas à obtenção da broa de milho (pão) praticadas em Paraduça e do vinho em Macieira de Cambra, duas localidades representativas do concelho, a primeira serrana situada nas terras altas, a segunda situada nas terras baixas. Num esforço para preservar e transmitir estas práticas e saberes ancestrais, a aldeia de Paraduça tem-se organizado para dar a conhecer aos de dentro e aos de fora como se produz a broa de milho assim como tomou a seu cargo o restauro do forno comunitário e de cinco dos moinhos em atividade. Em Macieira de Cambra foi a temática do vinho a registada, tratando-se a vindima e o pisar das uvas que ainda são realizados de forma tradicional. A necessidade de adaptar os métodos para facilitar a atividade e ter um rendimento melhor, é um tema recorrente. A preocupação com a transmissão dos saberes sobre o homem, a terra e as interações entre ambos, leva o município de Vale de Cambra, sede de um concelho ainda em grande parte rural, a organizar a festa da desfolhada em pleno centro da cidade, tentando transmitir às gerações mais novas, como era realizada uma das atividades fecho do ciclo agrícola do milho.
- Valongo: tapetes florais construídos na rua durante a festa em honra de Nossa Senhora do Amparo em Alfena. A população organiza-se para construir o tapete floral distribuída por ruas e aqui se registam as atividades desenvolvidas pelos diferentes grupos: do planeamento da atividade à coleta de matérias-primas, da preparação à construção do tapete de floração; por fim o epílogo ou destruição pelo uso do tapete sob os pés da procissão que passa. Uma coletividade que cativa os seus jovens para a atividade e desta forma transmite a sua tradição de uma arte efémera em devoção eterna.
- Vila do Conde: o Homem e o Mar, as experiências e memórias dos homens e mulheres da comunidade piscatória de Caxinas, profundamente ligados à atividade da pesca e ao mar e desta forma, pretendeu-se, como afirma Cova, ‘contribuir para que o homem nunca se esqueça que se passa transitoriamente, mas que deve atar sempre o passado ao futuro’. Caxineiros, um forte sentido de identidade, originado há muito mas ainda real nos tempos presentes, sempre ligado ao mar e às atividades que se desenrolam à sua volta.

- Vila Nova de Gaia: o movimento associativo e as vivências e memórias destas comunidades, nomeadamente as relacionadas com a pertença a associações de teatro. Assim se registaram as vivências dos indivíduos no seio das coletividades e o impacto positivo destas nas suas vidas, aspetos muitas vezes esquecidos. A continuidade destas coletividades assenta, na maior parte dos casos, na transmissão assegurada pela estrutura de base familiar subjacente a quase todas.

Arouca: Rebanho Comunitário de Cabras de Regoufe

Tempo

17'40" / 05'50"

Descrição

“O Rebanho vai para o monte, todos os dias, anda em comunidade com a povoação inteira. Vai todos os dias para o monte e está estipulado em relação ao gado que cada um tem, sai aquele tempo que lhe pertence. E vai para o monte, e vem para o curral. Dá-se a volta, e vai em comunidade para o monte e ... e sempre assim funcionou” [António Soares de Figueiredo, testemunho pessoal].

A prática ancestral do pastoreio comunitário.



Figura 1: o rebanho na Serra da Arada

O tema escolhido pelo município de Arouca para ser registado foi o rebanho comunitário de cabras de Regoufe. Regoufe é uma aldeia localizada numa das

encostas da Serra da Arada¹, aproximadamente a 615m de altitude. A aldeia está situada num vale da montanha e desenvolve-se em altura ao longo de uma das encostas que formam um vale profundo atravessado por um pequeno curso de água.

Trinta famílias habitam em Regoufe, embora a aldeia tenha mais fogos. Esta é uma consequência do envelhecimento da população causada pela migração da população mais jovem para as cidades do litoral, para estudar ou trabalhar, embora, ocasionalmente, possamos presenciar o movimento inverso devido à situação económica atual mas, estes jovens que voltam, voltam para reintegrar os seus respetivos núcleos familiares e não para criar novos.



Figura 2: pastoras e proprietárias/os do rebanho

O rebanho comunitário de cabras, hoje em dia, é propriedade de cinco famílias e o pastoreio dos animais é assegurado pelas mulheres (cinco pastoras). Tem sido assim desde a existência do rebanho comunitário de cabras, há mais de cem anos, de acordo com os habitantes de Regoufe. No início de 2013 era constituído por trezentas cabras mas, quando o projeto estava a ser terminado em meados de Outubro de 2013, tinha cerca de menos cem animais, decrescendo para um total de

¹ A Serra da Arada pertence ao maciço da Gralheira, juntamente com a Serra da Freita e a Serra do Arestal. Está situada na transição entre a Beira Litoral e a Beira Alta com o seu ponto mais elevado a 1071m de altitude (Alto da Cabria). Serve, em parte, como divisória entre as bacias hidrográficas dos rios Paiva e Vouga. Tem aproximadamente 20km de comprimento por 15km de largura.

aproximadamente duzentas cabeças de gado. Esta redução em número é causada por um fator externo fora do controlo das pastoras, que é a reintrodução do lobo ibérico em áreas circundantes às áreas de pastagem comunais.



Figura 3: o rebanho antes da partida para a serra

O rebanho comunitário de cabras é gerido, por acordo comum, por cinco pastoras que distribuem e agendam o pastoreio das cabras. É um calendário semi-rígido que é acordado em cada início de ano e está dependente do número de cabeças de cabra pertencente a cada pastora. À medida que decorre o ano, pequenos ajustes são feitos para satisfazer as necessidades especiais de cada pastora. Assim, ao longo do ano, cada dia, começando mais cedo ou mais tarde, dependendo das estações, das condições atmosféricas e da disponibilidade de alimento para as cabras, a tarefa de levar o rebanho comunitário de cabras para as áreas comunais de pastagem é realizada por uma das pastoras. Os proprietários reúnem o rebanho de cabras tendo a tarefa de abrir as portas dos currais e encaminhar as cabras para uma área central da aldeia onde a pastora designada toma o controlo do rebanho. Cada pastora decide a rota para cada dia. Independentemente da hora de início do pastoreio, a volta do rebanho é sempre imediatamente antes de anoitecer. E, uma vez mais, a tarefa de conduzir as cabras para os respetivos currais é da responsabilidade de cada proprietário. As áreas de pastagem, estendem-se em altura entre aproximadamente os 350m e os 830m de altitude e, alguns dos percursos só podem ser percorridos

pelas cabras. A pastora tem de fazer, algumas vezes, percursos alternativos que seguem de perto os das cabras.



Figura 4: o rebanho numa encosta da Serra da Arada

O documentário “Rebanho comunitário de cabras de Regoufe” [1], explora e regista esta realidade, usando como informantes principais, as pastoras e os habitantes de Regoufe que, de alguma forma, estão relacionados com tudo o que diz respeito ao rebanho comunitário de cabras.



Figura 5: a pastora e a equipa de filmagem

Referências

[1] Paulino, F. F. (2013, Dezembro). “Rebanho comunitário de cabras de Regoufe”. (Arouca: Área Metropolitana do Porto 2013), Filme, 17 min.

Espinho: Arte da Xávega em Espinho

Tempo

16'26" / 06'56"

Descrição

Espinho é uma cidade pequena localizada na costa norte, limitada a oeste pelo mar. O tema escolhido pelo município de Espinho para ser registado foi a pesca com Xávega praticada em Espinho. A Arte da Xávega estende-se de Espinho a Vieira de Leiria, numa área costeira onde a ação do mar, o vento e a areia tornavam difícil o povoamento humano. Por esta razão, em tempos passados o reino de Portugal encorajou a promoção da atividade da pesca da Xávega que, para além de assegurar a sobrevivência de grandes famílias, permitia o estabelecimento de novos núcleos populacionais. Foi neste contexto que se formaram muitas das pequenas comunidades piscatórias. Esta atividade agregou a si um conjunto de outras atividades.



Figura 6: lançamento ao mar com a ajuda do trator

“A Arte da Xávega é um sistema de pesca artesanal caracterizado por possuir um aparelho de arrasto demensal (com tamanho exato) que, na nossa costa, é lançado pelo barco de mar. A partir da praia, desloca-se até distâncias consentidas pelo

aparelho e à praia regressa, iniciando-se a designada pesca de arrasto ou da xávega, a qual se pratica com o recurso a um grande barco e a uma grande rede (arte grande). Não é o barco mas sim o aparelho de arrasto que dá o nome à arte.” [2].

A expressão Arte da “Xávega” contém o termo que deriva da palavra árabe “Xabaka” [1] e que define o aparelho de arrasto demensal (com um tamanho específico).



Figura 7: tripulação de terra puxando as redes

Os Pescadores que se fixaram originalmente nesta área eram oriundos do Furadouro (Ovar) e eram denominados vareiros. Fixaram-se na praia da costa de Espinho, fundando uma colónia piscatória e criando palheiros de abrigo num vasto areal denominado “Espinho-Mar”, o qual em conjunto com “Espinho-Terra”, constituía, em finais do século XVII, o denominado Lugar de Espinho.



Figura 8: 'xabaka', aparelho (rede) de arrasto (rede de pesca de grandes dimensões)

Apesar da abundância de peixe, as técnicas eficazes de conservação que poderiam assegurar a sobrevivência das famílias de pescadores ainda não eram conhecidas. Foi em 1776 que Jean Pierre Mijaule do Languedoc, França, estabeleceu o seu armazém no Furadouro, usando o processo da salga para a conservação da sardinha.

Nos tempos iniciais do povoamento desta comunidade piscatória a pesca era feita com redes de pequenas dimensões mas, a abundância de peixe no mar levou à inovação dos processos de pesca, mudando para o uso de redes de pesca maiores o que deu origem à “Arte Grande” ou “Arte da Xávega”, um processo de pesca também ele artesanal. Como consequência desta mudança nasceram as companhias de arrasto costeiro. As companhias são sociedades que agregam o barco de pesca, aprestos de pesca, uma tripulação de terra e uma tripulação de mar.



Figura 9: a rede de pesca chegando à praia

Nas companhas os pescadores têm funções e tarefas específicas, e.g., o arrais de mar encarregue de tripular o barco, de o lançar ao mar, de encalhá-lo, de preparar as rede para o arrasto e garantir a sua manutenção; o arrais de terra, encarregue da realização e gestão de todos os processos de terra; o procurador, encarregue das finanças; o escrivão, encarregue de registar o expediente da sociedade [1]. Os homens são divididos em dois grupos, os homens do mar (remadores) e os homens de terra (encarregues das aparelhos i.e., redes, cordas e cabos). No início as redes eram puxadas à mão e, mais tarde, por juntas de bois (raça mariana). Hoje em dia são puxadas por tratores.



Figura 10: retirando o peixe da rede

Depois de lançadas as redes, a tripulação de terra, a tripulação de mar e outros membros da população, procediam ao arrasto da rede (do saco que envolve o peixe) para terra através das duas cordas (lanço) a este conetadas. Esta atividade era muitas vezes acompanhada pelo som de bombos e canções, facto documentado no documentário com o cantor da companhia Nelson e Sérgio.

Quando as redes chegavam ao areal, o peixe era separado e colocado em rapichéis (cestos de rede), contados e transportados por varinas (mulheres que vendem o peixe) em canastras (cestos baixos alongados) à cabeça pelas ruas da cidade.



Figura 11: o trator a transportar os contentores de peixe

O documentário “Arte da Xávega em Espinho” [3], explora e regista esta realidade como é praticada nos tempos de hoje, usando como informantes principais as tripulações de três das últimas companhias' (sociedades de pesca) em atividade na Praia de Espinho, nomeadamente a Companhia Nelson e Sérgio, a Companhia Vamos Andando e a Companhia Vicking. Uma vez que esta atividade, Arte da Xávega ainda é praticada de forma artesanal, encontramos apenas algumas diferenças significativas, a saber, o uso de motores de barco para propulsar o barco para a frente, o uso de tratores para empurrar os barcos para o mar, para puxar os barcos para terra e para puxar as redes. Algumas atividades complementares foram também modernizadas.



Figura 12: a equipa de filmagem dentro do barco de pesca

Referências

[1] Câmara Municipal de Espinho (2007, Junho). Livreto “A Arte da Xávega em Espinho”. ISBN 972-98622-8-1.

[2] Museu Municipal de Espinho (2009, Junho). Folheto “Museu Municipal de Espinho — Fábrica Brandão Gomes / Arte da Xávega”.

[3] Paulino, F. F. (2013, Dezembro). “Arte da Xávega em Espinho”. (Espinho: Área Metropolitana do Porto 2013), Filme, 16 min.

Gondomar: Indústria Artesanal da Filigrana

Tempo

16'29" / 06'10"

Descrição

O tema escolhido pelo município de Gondomar para ser registado foi a indústria artesanal da filigrana na região de Gondomar praticada em oficinas de pequena escala onde os artesãos da filigrana produzem artigos de ourivesaria em ouro ou prata, utilizando técnicas da filigrana, passadas de uma geração à próxima. Estas oficinas artesanais são na sua maioria de escala familiar. Esta indústria tradicional é ainda praticada nesta área mas, a necessidade constante de modernização tem vindo a transformar os processos e técnicas de trabalho e os seus resultados.



Figura 13: artesão soprando o maçarico bucal (petróleo)

Os Fenícios introduziram as técnicas artesanais da filigrana na Península Ibérica durante o século VIII A.C. A filigrana é a arte de torcer fios de ouro ou prata (dois), usualmente muito finos, que são depois aplicados a molduras com várias formas, preenchendo-as com um rendilhado delicado. Da fundição à peça final vai um longo caminho, passando a vara de ouro ou prata por um processo de estiragem, a diminuição da espessura do fio resultante, torcendo-os entre duas tábuas de

madeira, seguido de um processo de batimento, cozimento e branqueamento. Por fim, a tarefa de preenchimento das molduras que é geralmente realizada por mulheres, denominadas enchadeiras ou enchideiras que, regra geral, trabalham a partir de casa onde podem dar suporte às suas famílias. Finalmente, o processo de acabamento consiste em soldar todos os componentes e nas operações finais de montagem [2].



Figura 14: substituição do petróleo pelo gás

A fim de preservar o conhecimento e experiência acumulados pela humanidade ao longo de séculos, hoje em dia, é da maior importância que os procedimentos para a transmissão destes conhecimento sejam implementados através do registo desta atividade e dos seus procedimentos e técnicas. Este é um dos principais objetivos deste projeto. “Em Gondomar [...] subsistem algumas oficinas tradicionais de carácter familiar, de dimensões reduzidas e empregando um número limitado de indivíduos quando não apenas o próprio proprietário. Muitas delas e no que diz respeito à organização do trabalho e da produção, aproximam-se das suas congéneres do início do século.



Figura 15: enchimento das molduras

As transformações operadas nestes espaço não foram significativas até à década de setenta, tendo estas oficinas prolongado no tempo o uso de um número infinito de ferramentas e técnicas de fabrico conhecidas desde as épocas mais remotas.

Mudanças pontuais foram e são visíveis na substituição do petróleo, primeiro pelo gás, depois pela eletricidade, com a introdução do motor elétrico nalguns engenhos ou no afastamento de alguns instrumentos que se tornaram obsoletos como o pião ou o maçarico bucal” [2].

O documentário “A indústria artesanal da filigrana em Gondomar” [1], explora e regista a atividade da indústria artesanal da filigrana, usando como principais informantes os seus artesãos, que ainda trabalham em oficinas artesanais de pequena escala no município de Gondomar.

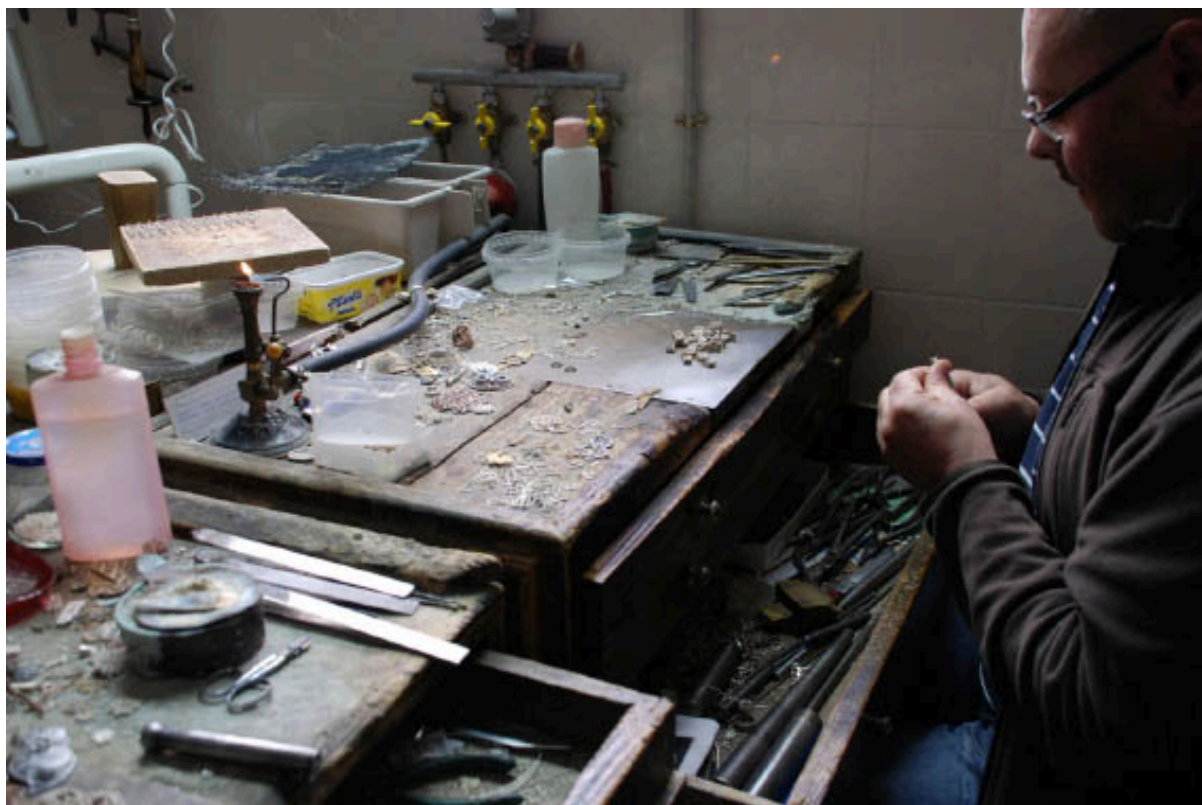


Figura 16: artesão da filigrana na sua mesa de trabalho

Referências

- [1] Paulino, F. F. (2013, Dezembro). “A indústria artesanal da filigrana em Gondomar”. (Gondomar: Área Metropolitana do Porto 2013), Filme, 16 min.
- [2] Sousa, A. C. (2000). Metamorfoses do ouro e da prata. Porto: Centro regional de artes tradicionais.

Maia: Cortejo Religioso das Canastras Florais

Tempo

18'20" / 06'12"

Descrição

O tema escolhido pelo município da Maia para ser registado foi o cortejo das canastras florais da vila de Nogueira da Maia. Nogueira da Maia é uma vila a este da cidade da Maia onde é ainda perceptível a sua origem agrícola. “Nos primórdios destas festividades, era tradição a população oferecer a Nossa Senhora flores, as quais eram transportadas em cestos floridos designados por canastras. Estas canastras, com cerca de um metro de altura, eram feitas em Cana-da-Índia e revestidas a murta e flores naturais, apanhadas nos jardins. Esta tradição que se foi perdendo ao longo dos tempos, foi recuperada nos anos noventa, sendo atualmente um dos pontos altos destas festividades, emprestando à romaria um colorido diferente e vistoso” [1]. No lugar de Pedras Rubras, freguesia de Moreira, associada à capela que invoca a Nossa Senhora Mãe dos Homens, protetora da humanidade, cuja festividade tem origem na prestação de homenagem à santa, realizada no mês de setembro, constava e ainda consta, apesar da periodicidade ter passado a ser de dois em dois anos, de uma missa solene, um sermão e uma procissão que integrava as canastras florais. Teve como um dos grandes impulsionadores das festividades o mestre Albino, pintor naïf, que as representou nas suas pinturas.



Figura 17: materiais tradicionais, Cana-da-Índia

Uns dias antes da festa as ruas eram enfeitadas com mastros e arcos, decorados com murta e outras verduras, com muitas flores apostas sobre estes. De acordo com Armando Tavares [3] terá sido aí que as Canastras Florais tiveram o seu esplendor, chegando canastras de toda a freguesia de Moreira e Vila Nova da Telha, depositando-as na porta da Capela da Nossa Senhora Mãe dos Homens.

Ainda de acordo com Armando Tavares [3] não é possível identificar uma data precisa para o nascimento desta tradição por falta de documentos escritos que o atestem. Com base em fontes orais, da pesquisa que Tavares realizou, “deve ter tido as suas origens nas freguesias de Moreira e de Vila Nova da Telha, segundo afirma [...] mestre Albino [...]; dois séculos envolvem esta tradição de oferecer flores em forma de canastra à Nossa Senhora Mãe dos Homens assim como a Nossa Senhora do Bom Despacho”, facto confirmado na pesquisa mencionada, e usando a mesma metodologia de investigação, que se praticava noutras localidades do concelho da Maia.



Figura 18: detalhe da pintura do Mestre Albino representando as canastras florais

“A origem das Canastras Florais da Maia, pertence, provavelmente ao século XVIII. Esta tradição [...] graças ao [...] Mestre Albino (decorria o ano de 1980) renasce [...]” [3] com a introdução de um exemplar das canastras no cortejo etnográfico da Maia, tendo sido o mestre Albino, aquele que transmitiu a uma geração mais nova os conhecimentos sobre as técnicas e materiais empregues na construção das canastras florais.

As canastras, cestas alongadas e baixas, eram armadas com uma estrutura vertical construída em cana da índia fixada com fio do norte; esta estrutura era reforçada com mais canas e era em seguida fixada à canastra e coberta por “murta” (família das mirtáceas) que depois era enfeitada com flores, geralmente silvestres. Pesavam geralmente cerca de 35 kg. Grupos de homens e mulheres, e por vezes crianças reuniam-se com antecedência para planear como seria a canastra confeccionada e enfeitada.



Figura 19: estrutura base feita em esferovite

A retransmissão destes saberes quase perdidos, foi organizada em 1994, com a administração de cursos de formação a dois representantes de cada uma das então dezassete (17) freguesias do concelho da Maia e os resultados foram mostrados publicamente com a integração das canastras na procissão em honra da Nossa Senhora do Bom Despacho de 1994 [3].

A “materialização da fé manifesta-se [...] em oferendas, procissões, Festas e Romarias. As Canastras Florais estão incluídas nesta materialização de fé [...]” [3].

Em 2013, a construção das canastras, técnicas e materiais empregues, são bastante diferentes dos anos 90 do século XX. As estruturas base são construídas em esferovite à qual são pregadas com alfinetes, as decorações. Esta variam tanto em materiais como em estratégias decorativas, embora os materiais mais empregues continuem a ser de origem vegetal. Cada grupo define um tema, mantido em segredo durante toda a fase de planeamento e construção, procedendo à sua realização grosso modo, a cerca de três semanas/um mês das festividades. A motivação para a construção das canastras continua, hoje em dia, a ser de cariz religioso.



Figura 20: materiais modernos usados hoje em dia, muito diferentes dos materiais originais

Segundo a tradição cada grupo representa um lugar de Nogueira da Maia. Uma das dificuldades destes grupos consiste na transmissão de uma tradição que, apesar de ter muitos anos, não é suficientemente apelativa para as gerações mais novas. Para tentar colmatar esta dificuldade, envolveram-se as três escolas representativas dos diferentes ciclos de aprendizagem (Agrupamento Vertical do Levante) da vila de Nogueira. No entanto, devido a questões de segurança e saúde, dado serem empregues alfinetes e instrumentos de corte, este jovens não participaram na sua construção, apenas participaram no cortejo e procissão.

Dado o curto período de construção, e indisponibilidade temporária de alguns dos informantes, não foi possível registar alguns dos grupos intervenientes durante a construção das canastras florais, no entanto foram todos representados nas suas aparições públicas, o cortejo e a procissão em honra da N. Sra. da Hora. Os grupos participantes, em número de nove, foram o Grupo Casal, o Grupo Igreja, o Grupo Barroso, o Grupo Vilar, o Grupo Pena, o Grupo Rio, os grupos do Agrupamento Vertical do Levante constituído pelo Grupo Escola EB2,3 Nogueira, pelo Grupo Escola Monte Calvário e pelo Grupo Escola do Barroso. Acresce ainda a participação da informante Maria da Pureza Barbosa, filha do mestre Albino.



Figura 21: procissão em honra de N. Sra. da Hora

Atualmente, em Nogueira da Maia, apenas se realizam duas festividades, sendo uma delas e a que nos interessa por continuar a integrar as canastras florais, a da Nossa Senhora da Hora, no terceiro domingo de Maio [1].

Esta festividade iniciou-se por causa de um pretenso milagre, que ocorreu com Manoel da Costa e sua esposa Eusébia, do Lugar do Rio. Tendo dado uma queda estando grávida, imploraram a N. Sra. da Hora para que providenciasse para que tudo corresse bem. Tendo sido a prece atendida (1876), o recém-pai mandou construir uma imagem da N. Sra. que ofereceu à igreja (1877), tendo-se ainda comprometido a realizar as festividades em sua honra. A imagem foi colocada na Capela do Monte Calvário, sendo substituída, mais tarde por uma do mestre santeiro Luciano Thedim.

Atualmente, o cortejo das canastras floridas realiza-se, entre a Igreja Matriz de Nogueira e a Capela da Sra. da Hora no Monte Calvário, onde ficam expostas durante uma semana, vindo a ser depois integradas na procissão em honra da N. Sra. da Hora.



Figura 22: filmagem da procissão

O documentário *Maia em Festa, Canastras Florais* [2], explora e regista esta realidade, usando como principais informantes os habitantes, maioritariamente de Nogueira da Maia, pertencentes a grupos privados ou institucionais que diretamente participaram nesta atividade. Estes grupos, nove, correspondem a nove lugares representados nas festividades de 2013.

Referências

- [1] Maia, V. M. d. S. (2011, Janeiro). *Santa Maria de Nogueira, Monografia, Volume 1. Nogueira, Maia: Edição de autor. ISBN 978-989-20-2269-7.*
- [2] Paulino, F. F. (2013, Dezembro). “*Maia em Festa, Canastras Florais*”. (Maia: Área Metropolitana do Porto 2013), Filme, 18 min.
- [3] Tavares, A. M. M. (1999). *Canastras florais maiatas e a religiosidade de um povo (século XIX e XX)*. Em P. S. Machado e J. A. M. Marques (Eds.), *Maia, História Regional e Local, Volume II*, pp. 205–225. Câmara Municipal da Maia.

Matosinhos: Indústria Conserveira Tradicional

Tempo

14'12" / 06'10"

Descrição

Matosinhos situa-se no litoral norte de Portugal e o concelho organiza-se espacialmente ao longo da costa atlântica, nunca distando muito do mar. Desde sempre a atividade piscatória e todas as outras dela derivadas foram primordiais para o concelho do ponto de vista económico. O mar, e os recursos que dele advêm, com especial destaque para a safra da sardinha (*Sardina pilchardus*), a mais importante em Matosinhos, são incertos. Antes da prática da conservação por esterilização pelo calor (inventada por Nicolas Appert no início do século XIX e adaptado à conserva de peixe em Nantes – esterilização por calor em contentores hermeticamente fechados), a partir de 1900, apesar de serem conhecidos e praticados outros processos de tratamento e conservação do peixe em vinagre, salmoura ou defumado estes não garantiam da mesma forma a qualidade da conservação nem por períodos de tempo tão alargados. A consequência deste facto é que, apesar dos períodos de abundância de pescado, principalmente no verão, não era possível a sua comercialização a longas distâncias, levando a que o seu consumo fosse essencialmente feito dentro da própria comunidade em que era obtido [6].

Esta relação entre a acessibilidade ao mar e seus produtos e a indústria conserveira existe pelo menos desde a época dos romanos, que construíram os tanques cavados nos rochedos da Praia de Angeiras, vulgarmente denominados, tanques de salga ou cetárias, tanques de forma retangular e trapezoidal, destinados à salga, fabrico de diversos molhos (e.g. *garum*) e outros preparados de peixe, na época romana. (cf. [1] e [2]). São seis os conjuntos (32 cetárias) existentes ao longo de cerca de 600m de rochedos da praia, escavados no afloramento e nalguns casos com delimitações constituídas por lajes graníticas cujos intervalos entre as estruturas podem ou não ser preenchidos com seixos e barro. Estes tanques só costumam estar acessíveis durante e após intervenções arqueológicas, sendo com o passar do tempo cobertos pela areia, pelo que durante o projeto não foi possível registá-los.



Figura 23: a equipa de filmagem na fábrica Pinhais em Matosinhos

O crescimento e evolução da indústria conserveira a partir dos anos de 1900 foi sendo acompanhada pela evolução da pesca tradicional, nomeadamente a grande modernização que teve lugar nos anos 60 assim como a evolução das estruturas de suporte à pesca como a construção das pontes-cais em 1964 que encurtou e tornou mais fácil e segura a descarga do pescado, aumentando a capacidade de descarga simultânea para 72 barcos ou traineiras [4].

“Viajámos da pesca à conserva em Matosinhos, retendo um património de saberes ligeiramente alterados ao longo do tempo. Apropriemo-nos, pois, agora, do passado, reconstruindo, passo a passo, as grandes fases da evolução da indústria conserveira” [4].

“A Pinhais & C.^a, a laborar desde 1920, utiliza os mesmos métodos de sempre, mantendo uma forte componente artesanal” [6]. A fábrica Pinhais é uma das últimas que se mantém fiel aos antigos métodos artesanais e não depende das novas tecnologias e, a sua atenção ao detalhe garante uma alta qualidade que lhe permite exportar toda a sua produção. Hoje em dia é praticamente desconhecida em Portugal, os seus produtos só podem ser comprados em lojas gourmet, as conservas Pinhais são uma referência em hotéis e restaurantes em vários países europeus, mas também no mercado norte-americano [3]. Estes produtos topo de gama, mais conhecidos no exterior do que em Portugal, são produzidos diariamente nesta fábrica

em Matosinhos, onde cerca de cento e cinquenta mulheres cumprem um ritual que repete as técnicas de produção usadas desde a sua renovação por volta de 1926. A sua característica distintiva é que só usam peixe fresco comprado no porto de pesca de Matosinhos, nunca peixe congelado.



Figura 24: despejando as sardinhas na bancada

A Pinhais foi fundada em 1920, e localizava-se na Avenida Serpa Pinto, onde construiu um armazém, já desde essa época vocacionada para a fabricação de conservas pelo sal. No ano seguinte muda para um novo edifício, maior, pensado originalmente como armazém de salga e tanoaria. Seguindo a tendência e inovações da época, opera as transformações necessárias de forma a tirar partido da nova indústria da conserva em molhos, adotando tecnologias muito desenvolvidas que iriam permitir o enlatamento em larga escala mas que necessitavam de edifícios de grande dimensão. As primeiras conservas em molho ainda foram produzidas neste segundo edifício.

Hoje como ontem, as equipagens de mar das traineiras entre mestre, contramestre, pescadores, moços de bordo e maquinista, lançam-se ao mar pela noite dentro, por vezes dois ou mais dias dependendo da localização da área de pesca e da abundância do pescado. As redes sardinheiras, antes de linho tingido numa infusão de casca de salgueiro para proteção, hoje de materiais sintéticos carregadas de milhões de sardinhas, são puxadas para bordo e o peixe armazenado no convés. Carregadas, as

traineiras chegam ao porto ao raiar do dia, para descarregar. À sua espera as peixeiras, os representantes das fábricas de conserva, os distribuidores intermediários, outros, preparados para o leilão da safra. Entre todos, o representante da Pinhais, que escolhe e arremata os cabazes necessários para a sua produção. Durante a filmagem do documentário, fomos confrontados algumas vezes com a escassez da sardinha e/ou o seu elevado valor de compra que impediam o funcionamento da própria atividade que queríamos registar. A situação foi de tal forma complexa que, a Pinhais decidiu fazer o fecho para férias da fábrica durante todo o mês de Julho.



Figura 25: sardinhas frescas

No documentário foram registados os processos de fabrico tradicionais da indústria conserveira desde o momento em que entram na fábrica os cabazes de peixe. As manipuladoras de peixe, antes denominadas empreiteiras, começam por despejar os cabazes de sardinha nas mesas de mármore, espalhando-o. A estas empreiteiras juntam-se outras nesta secção da escorcha em que se arrancam de um golpe só, a cabeça e as tripas ao peixe.

Os subprodutos (escasso) desta fase são usados na produção de farinha de peixe em fábricas próprias que, quando eram abundantes, davam um cheiro característico a Matosinhos. Os habitantes de Matosinhos, dependendo da proximidade às fábricas e

da localização relativa das suas residências, identificavam a direção do vento pela presença ou ausência desse cheiro.



Figura 26: empreiteiras, na secção da escorcha, arrancando de um só golpe a cabeça e as tripas do peixe

Depois do corte as sardinhas são imersas em salmoura e coberta de sal usado como intensificador de sabor, após o que são colocadas na vertical em grelhas (cestos) de arame – o engrelhamento – que depois são lavados numa grande pia de água para lhes retirar o excesso de sal. Daqui são colocados em carros, com as grelhas organizadas na vertical e com algum espaçamento entre si, prontos para serem conduzidos pelos carris que riscam o chão, às estufas (autoclaves). As estufas são fechadas e o peixe é cozido em pressão, a vapor, à temperatura de 105 graus celsius.

Terminado o processo de cozedura as grelhas são transportadas para a área de enchimento e colocadas num e noutro lado de uma plataforma de suporte, viradas para as trabalhadoras que irão proceder ao enchimento das latas de folha-de-flandres com as sardinhas mas antes, numa longa linha, preparam-se as latas com os legumes e condimentos, neste caso uma rodela de cenoura, uma outra de pepino, uma malagueta, um pedacinho de folha de louro e um cravinho da índia. As latas são então cheias com as sardinhas necessárias à obtenção do peso líquido definido. Retiram cada sardinha da grelha, cortam-nas diagonalmente do lado da cabeça, cortam a barbatana do rabo e, desta forma conseguem acomodá-las à forma e tamanho da lata. O número de sardinhas por lata varia, três, quatro cinco ou mais,

dependendo do seu peso e dimensão. Segundo algumas destas trabalhadoras que procedem ao enlatamento do peixe, a realização desta tarefa de forma eficaz pode levar dois a cinco anos a aprender.



Figura 27: secção da escorcha

As latas são colocadas no tapete da máquina que acaba de enchê-las com óleo ou azeite.

Segundo [4] o azeite puro de oliveira no processo tradicional é adicionado “‘por mergulho’, em que as operárias, carregadas de latas, submergem-nas dentro dos pios do azeite, num amplo movimento que as deixa com os braços também cobertos de azeite”.

As latas são então hermeticamente fechadas nas máquinas cravadeiras.

Antes, a tarefa de fecho das latas era exercida pelos soldadores, uma tarefa exclusivamente masculina. Estes tinham como funções, produzir as latas e depois de cheias, fechá-las. A precisão e perícia desta atividade levava vários anos a aperfeiçoar e tornava-os numa classe de operários, que pela sua imprescindibilidade, tinham um poder negocial muito elevado face a todos os outros operários da indústria conserveira [4].

Para finalizar, as latas são lavadas numa pia de água fervente para retirar a gordura que possam ter e são conduzidas em carrinhos para um autoclave, uma espécie de grande panela de pressão, onde são esterilizadas. Ao arrefecerem é verificada a sua estanqueidade.



Figura 28: engrelhamento

Segundo Nunes [4] o processo de produção tornava-se neste momento manual e “as operárias examinam ou, como dizem na gíria conserveira, ‘visitam’ as latas, batendo-as uma contra outra, e pelo sentido auditivo aprovam ou não o seu fabrico: se o som da pancada é grave, seco, a lata é boa, mas, se o som é “choco”, denunciando a presença de poros por onde entrou água durante a esterilização, a lata é posta de lado para ser eliminada. A eficácia desta operação é tanto mais notável quanto podemos imaginar o ruído confuso que produz um número assinalável de operárias trabalhando simultaneamente no ‘bater das latas’”.

O som ensurdecedor das latas ao longo de todo o processo, faz parte das memórias auditivas dos matosinhenses e, juntamente com o toque de entrada e de saída das fábricas (ronca) é ainda uma memória viva que regula e marca a ciclicidade dos dias e a alternância entre dias de trabalho e fins de semana.

Finalmente, embrulham-se as latas em papel impresso de acordo com o seu conteúdo, embalam-se e estão prontas para serem enviadas aos seus destinos finais, por vezes a milhares de quilómetros da sua origem.



Figura 29: grelhas de arame lavadas numa grande pia de água para lhes retirar o excesso de sal

Neste documentário usamos uma estratégia de alternância entre os processos tais como são praticados e registados hoje, com os documentados nas imagens de arquivo dos Serviços Cinematográficos do Exército (SCE) cedidos pela câmara municipal de Matosinhos, no seu filme Aspectos de Leça da Palmeira, Matosinhos e Leixões, de 1926.

O documentário A Indústria Conserveira Tradicional em Matosinhos [5], explora e regista como a Casa Pinhais, neste caso produz as suas conservas de sardinhas usando técnicas seculares, utilizando como principais informantes o proprietário e os trabalhadores da fábrica Pinhais.

Referências

[1] Cleto, Joel; (1994) . “A indústria de conserva de peixe no Portugal Romano. O caso de Angeiras (Matosinhos, Porto)” in Matusinus. Revista de Arqueologia Matosinhense”

[2] Cleto, Joel; Silva, Fernando (1994). "Sob as areias de Angeiras. Lavra: As salinas romano-medievais de Angeiras", Boletim da Biblioteca Municipal de Matosinhos"

[3] Loja de Produtos Nacionais, Lda. (2013, Dezembro). "Pinhais Conservas Sardinhas Picantes", Rota das Regiões web site. Acesso Dezembro 10, 2013, <http://www.rotadasregioes.pt/index.php/pinhais-conservas-sardinhas-picantes.html>.

[4] Nunes, Sandra (2003, Dezembro). "As Pescas e a Indústria Conserveira". Matosinhos Monografia do Concelho, 7. Município de Matosinhos.

[5] Paulino, F. F. (2013, Dezembro). "A Indústria Conserveira Tradicional em Matosinhos". (Matosinhos: Área Metropolitana do Porto 2013), Filme, 15 min.

[6] Tato, Josué Gomes Fernandes (2008, Maio). "Memória da Indústria Conserveira". Câmara Municipal de Matosinhos & Napesmat. ISBN: 978-772-9143-55-7

Oliveira de Azeméis: Parque de La Salette

Tempo

17'46" / 06'17"

Descrição

O tema escolhido pelo município de Oliveira de Azeméis para ser registado foi a descrição do Parque de La Salette, o contexto religioso das suas origens, organização e usos presentes.

O Parque de La Salette, projetado por Jerónimo Monteiro da Costa, é um parque situado a nascente da cidade de Oliveira de Azeméis.

“[...] o Parque e a Capela de La Salette, [ficam] situados num cabeço que antigamente se chamava ‘Outeiro do Castro ou Calvário’. Este Parque constitui um [...] local de lazer, em agradável cenário verde que cobre todo o monte e proporciona [...] miradouros para a paisagem circundante. Na antiga ‘Casa das Heras’ está instalado o Berço Vidreiro, o qual promove a história do vidro em Oliveira de Azeméis através da produção de objetos ao vivo e da sua comercialização. Uma visita ao Berço Vidreiro permite ficar a conhecer como se produzia o vidro há séculos e quais as técnicas usadas, bem como a importância da atividade no concelho desde que, no séc. XV, viu aqui criada a primeira fábrica de vidro no país.” [2].



Figura 30: Capela de La Salette

No parque existe um miradouro natural, com uma vista abrangente mas é do varandim da torre da capela que se tem a perceção clara da implantação do Parque de La Salette na região da qual se vê a norte São João da Madeira e a nordeste o vale do rio Antuã e algumas zonas montanhosas de Arouca, e a Serra da Gralheira. A sul, os socos das freguesias de Travanca, Pinheiro da Bemposta e a mancha florestal da Bairrada. A oeste, a cidade, e ao longe a ria de Aveiro e a linha de mar de Ovar à Costa Nova [1].

As origens do culto a Nossa Sra. de La Salette em Oliveira de Azeméis remontam a 1870 mas desde 1861 que tinha uma capela lateral a si dedicada na Igreja de S. Bento da Victória no Porto e outra em Lisboa. Nesse ano, uma seca terrível assolava o país e esta região, e no mês de Julho, a escassez de água generalizada, as nascentes secas, o solo endurecido, as plantas e frutas definhadas fazendo prever o espectro da fome e miséria levava a que em toda a região se lhe rezassem preces ‘ad petendam pluviam’ (para pedir chuva). Na sequência destes acontecimentos, o Padre João José Correia dos Santos, a 5 de Julho desse ano, organizou uma procissão de penitência em que o Santo Cristo foi transportado até ao topo do Monte Crasto. Diz a tradição que, aquando chegados ao local começou a chover, acontecimento que foi tido como um milagre. Ali mesmo, sugeriu a construção de uma capela dedicada a N. Sra. de La Salette. [1]



Figura 31: vitral da capela de La Salette

A construção da Capela teve início em Janeiro de 1871 mas só foi concluída em Setembro de 1880, data em que foi colocada a imagem de N. Sra. de La Salette, entretanto albergada na Igreja Matriz, e inaugurada a capela, acontecimento que deu lugar a grandiosos festejos aonde ocorreram vários milhares de peregrinos. Apesar da organização das festas em honra de N. Sra. de La Salette ter sofrido alterações ao longo dos anos, era já dividida nos mesmos acontecimentos base de hoje, a transladação da imagem entre a igreja matriz e a capela, em procissão. A procissão do Triunfo (entre a igreja matriz e a capela), muito complexa e vistosa, hoje antecedida em uma semana pela Procissão de Velas (entre a capela e a igreja matriz), muito simples e discreta que devolve a imagem ao seu local de permanência. Os festejos em arraial noturno, entre ambas e, as atividades culturais, desportivas e para crianças são uma constante ao longo da semana e finalizam com o juntar das famílias no parque no Dia das Merendas (segunda-feira seguinte à última festividade religiosa), esta realizada de forma espontânea, não formalmente organizada, por parte das famílias que se juntam para confraternizar e comer no parque.



Figura 32: Parque de La Salette

As festividades religiosas têm início no primeiro domingo de Agosto, com a procissão de Velas, uma procissão que hoje em dia se faz organizada em duas filas de pessoas, transportando nas mãos velas, sendo tão longa que, ultrapassa bem uma hora entre o início e o fim da mesma, dependendo obviamente das pessoas que nela participam, e que é fechada pela imagem de N. Sra. de La Salette, transportada em andor, até à igreja matriz. Terminam no segundo domingo de Agosto, com a Procissão do Triunfo, que devolve a imagem à capela, uma procissão grandiosa em que participam no pátio três sacerdotes, com representantes de todas as paróquias de Oliveira de Azeméis, de representantes administrativos do concelho (câmara, freguesias e assembleia municipal), da comissão de festas, das irmandades, das confrarias, das bandas de música, dos bombeiros e respetivas fanfarras, dos escuteiros e ainda a Guarda Nacional Republicana, que abre e fecha a cavalo a procissão. Apesar de ao longo destes anos terem havido dificuldades em realizar as festividades em determinados momentos devido por exemplo a obras, estas foram-se realizando mas não se realizaram em 1942, devido às dificuldades causadas pela guerra [1].



Figura 33: Dia das merendas em La Salette

Depois da capela construída, a partir de 1880, o arranjo do monte envolvente passou a ser uma prioridade e uma necessidade. Levou vários anos a erguer, e o seu maior ou menor desenvolvimento nunca parou desde esses tempos. Um conjunto de homens oliveirenses organizaram-se na Comissão Patriótica Oliveirense. Na 1ª Ata da Comissão Patriótica Oliveirense [1] ficou registado o saldo positivo das festividades desse ano e qual o fim que lhe pretendiam dar. Definiram-se estratégias de angariação de fundos e criaram uma Comissão de Melhoramentos no Santuário de La Salette presidida por Domingos José da Costa que conta com apoio de Bento Carqueja. Foram delineadas as ações seguintes, como as autorizações da Câmara Municipal e Junta da Paróquia para a transformação do Monte do Castro em Parque de La Salette e o saldo positivo permitiu a autonomia necessária para a construção gradual do parque.

Em Fevereiro de 1909, o esboço do parque já tinha sido produzido e a planta geral do parque foi terminada em Abril do mesmo ano por Jerónimo Monteiro, iniciando-se a construção do parque sob a direção deste último [1]. Jerónimo Monteiro era na altura diretor dos Jardins Municipais do Porto e da Real Companhia Hortícola-Agrícola Portuense, facto que marcou a conceção e construção dos jardins de cunho oitocentista de La Salette, enquanto herdeiro dessa cultura.



Figura 34: Dia das merendas em La Salette

A Comissão de Melhoramentos foi procedendo à compra ou angariação de terrenos e casas no monte, procedeu à elevação de água até à gruta do topo do monte junto à capela, constrói uma rede de esgotos de água pluviais, o lago, os arruamentos com valetas, planta milhares de árvores e procede aos alinhamentos da estrada circundante ao sopé do monte, compra a Casa da Hera para demolir e a reconstruir no sítio onde ainda está hoje (Berço Vidreiro). Muitas destas intervenções não seriam possíveis sem as ofertas e concessões dos cidadãos beneméritos de Oliveira de Azeméis. Assim, o Parque de La Salette, existe, pela vontade de uma comunidade unida num objetivo comum.

Porque a capela era demasiado pequena para acomodar tantos peregrinos, por volta de 1913 começou a pensar-se na construção de uma nova capela mas a sua construção só foi iniciada em Março de 1923. O novo santuário é de carácter mais funcional de inspiração gótica com belíssimos vitrais nas janelas laterais e do fundo. Na parte frontal tem duas frestas e uma rosácea. O edifício é quase todo construído em cimento por, segundo Guedes [1], as verbas disponíveis não permitirem a utilização de granito. Este novo santuário foi edificado por António Correia da Silva (arquitetura), Henrique Moreira (escultura da virgem da fachada, no vértice da empena) e Ricardo Leone (vitrais policromos, figurativos no espaço do santuário e geométricos na rosácea).

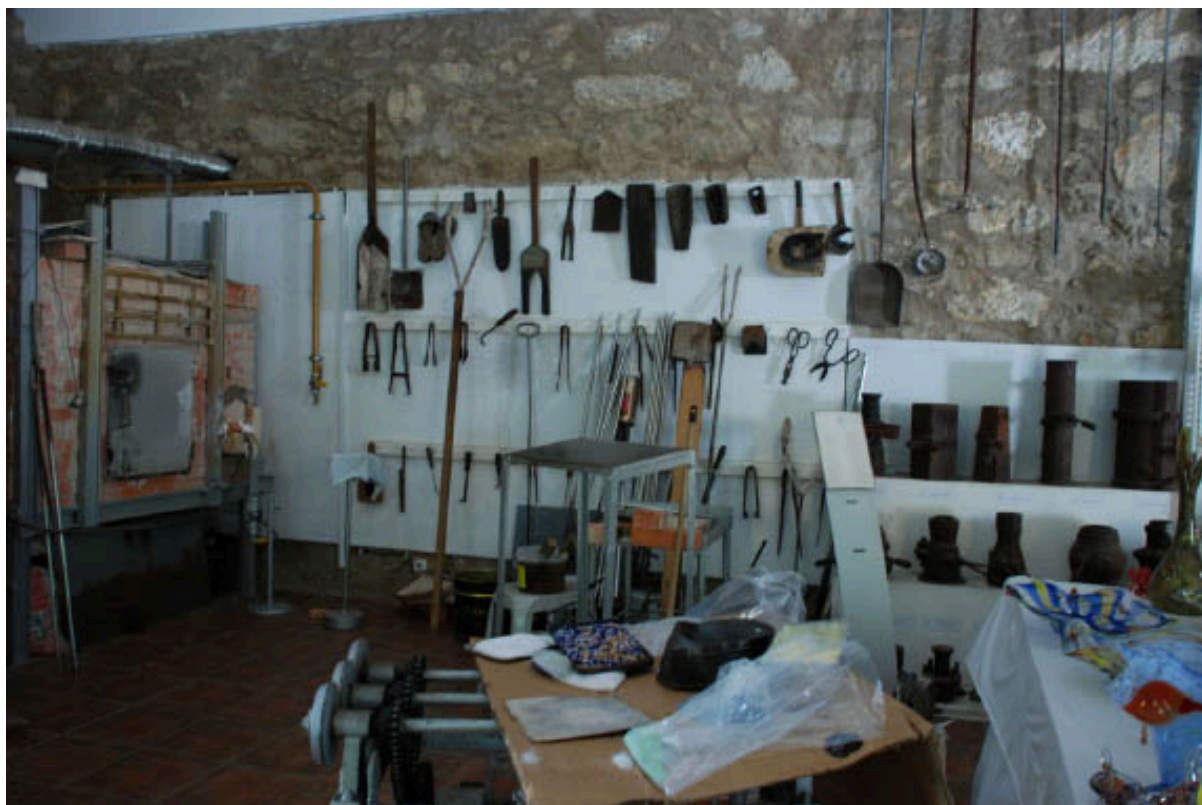


Figura 35: Berço Vidreiro em La Salette

Em 1931, por motivações políticas a Junta destituiu a vigente Comissão Patriótica Oliveirense e cria uma nova Comissão de Melhoramentos de La Salette. Os ecos de discórdia relativamente a este ato fizeram-se ouvir por muitos anos de diferentes formas e em diferentes meios de comunicação local.

A construção do novo santuário, continuou a ser uma das prioridades desta comissão e ganha novo fôlego a partir de Novembro 1931, reiniciando-se a sua construção em 1932 sendo a capela aberta ao culto a partir de Setembro de 1933. Em Agosto de 1937, é benzida e inaugurada a imagem do escultor Henrique Moreira (colocada na empena).



Figura 36: mestre vidreiro a trabalhar o vidro

Muitos outros elementos do Parque de La Salette foram sendo construídos ao longo das décadas seguintes, alguns estruturais como o Escadório em direção a Cidacos que acumula na sua parte superior a função de miradouro, outros construídos para suportar atividades culturais, como o Coreto, outros ainda, equipamentos de suporte ao turismo como o Parque de Campismo ou a Estalagem, equipamentos sociais como Parque infantil, Sénior e Desportivo, a Biblioteca Infantil do Parque e o Complexo de Piscinas ou o recente Parque das Merendas, e a instalação do Berço Vidreiro (a primeira fábrica de vidro em Portugal foi criada em Oliveira de Azeméis no século XVI). Melhorias e acrescentos foram sendo realizados ao longo de todas as décadas da sua existência.

O documentário Parque de La Salette [3], explora e regista o que é o Parque de La Salette, como nasceu e a sua associação a um alegado milagre religioso, como é utilizado hoje em dia e que tipo de equipamentos comunitários contém.

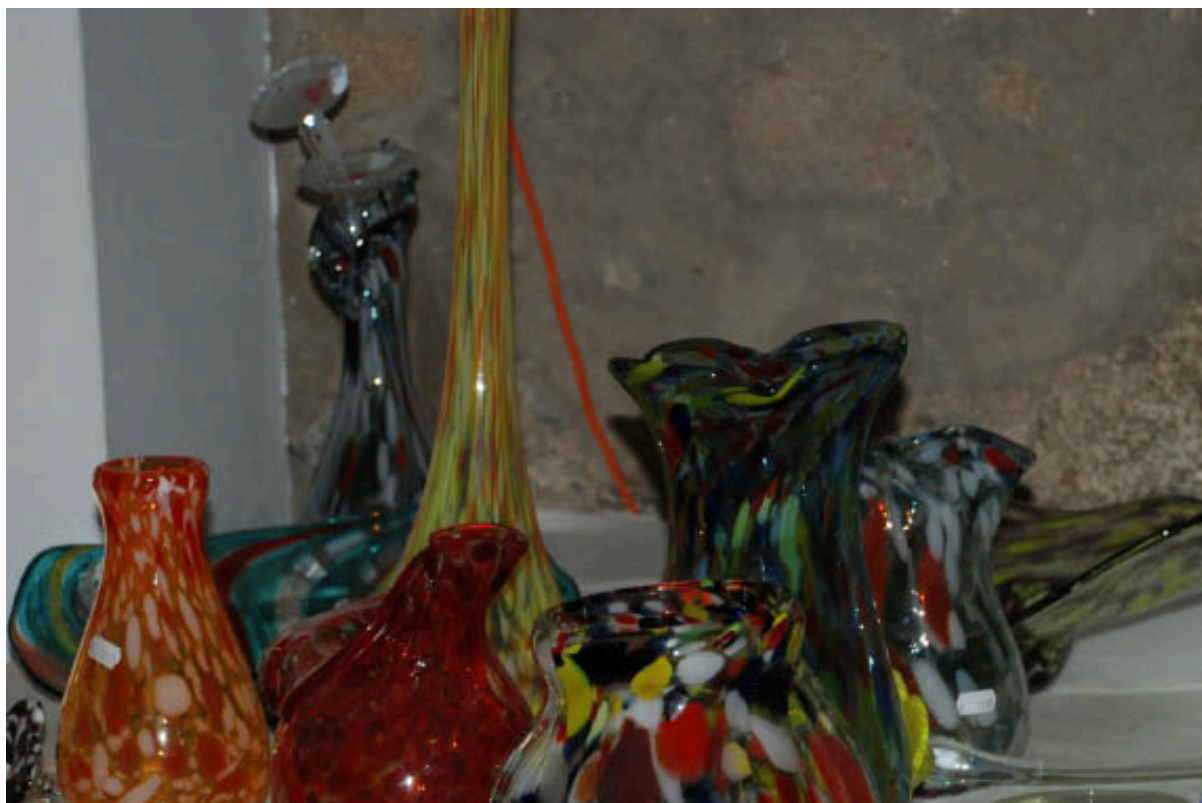


Figura 37: objetos de vidro criados no berço vidreiro em La Salette

Referências

- [1] Guedes, A. C. (1999). O Parque e Santuário de La Salette em Oliveira de Azeméis. Terras de Azeméis 6. Caima Press Edições. ISBN 978-972-841006-3.
- [2] Município de Oliveira de Azeméis (s.d.). Catálogo “Azeméis é turismo”.
- [3] Paulino, F. F. (2013, Dezembro). “Parque de La Salette”. (Oliveira de Azeméis: Área Metropolitana do Porto 2013), Filme, 17 min.

Porto: Eugénio de Andrade lembrado pelos amigos

Tempo

18'05" / 06'35"

Descrição

O tema escolhido pelo município do Porto para ser registado foi Eugénio de Andrade, como é lembrado pelos amigos. Esses amigos foram inicialmente escolhidos pelas relações de proximidade desenvolvidas entre si e Eugénio, e pela origem das amizades em contextos diferenciados. Não foi sempre possível manter o grupo inicial devido a indisponibilidades causadas por diversas causas. Por esta razão, o objetivo inicial de tentar representar diferentes contextos com diferentes amigos não foi possível de obter.

À medida que este projeto se foi desenvolvendo, foi-se tornando mais clara a existência de denominadores comuns, com o assinalar pelos amigos das mesmas características recorrentes, particulares a Eugénio de Andrade, nascido José Fontinhas, como homem e como poeta, dois contextos firmemente interligados. Estes contextos são explorados nas estratégias narrativas empregues para desenvolver o documentário.

O grupo de amigos entrevistados é constituído por Arnaldo Saraiva, Armando Alves (o pintor), Dario Gonçalves, José Pacheco Pereira, José Rodrigues (o escultor) e Manuel Dias da Fonseca (o amante de música).

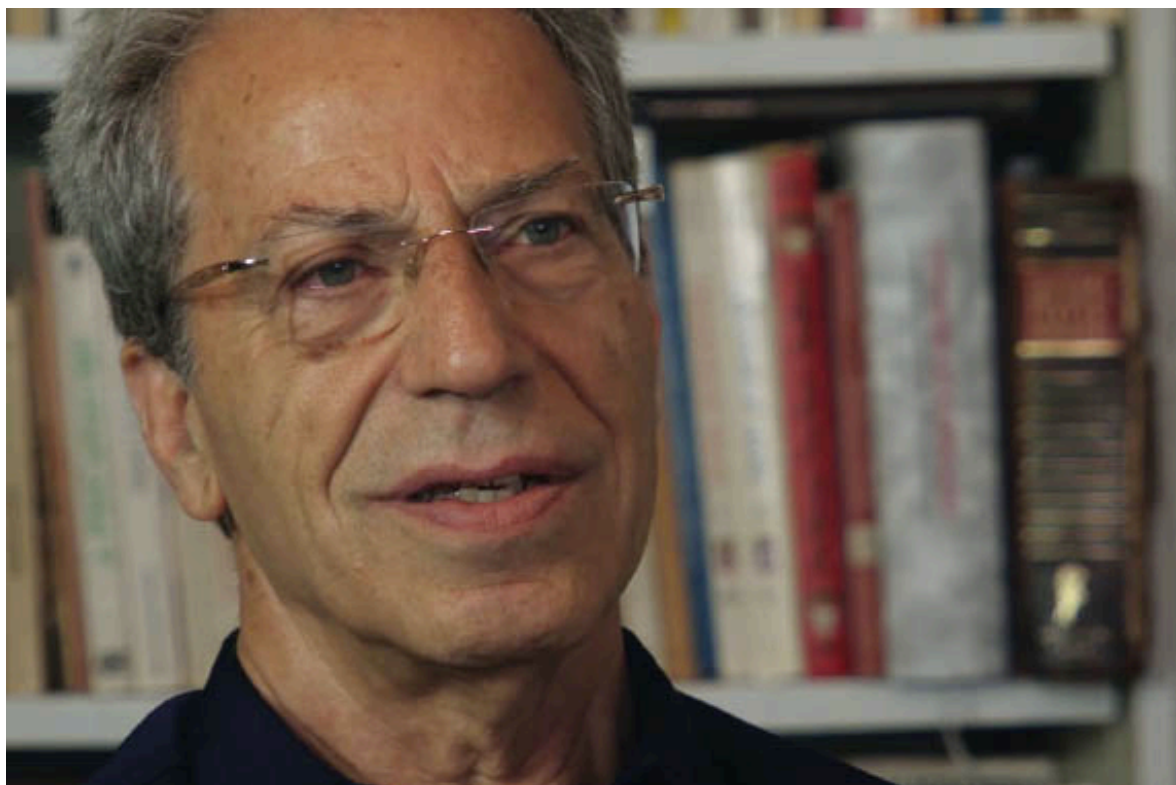


Figura 38: Arnaldo Saraiva



Figura 39: Armando Alves

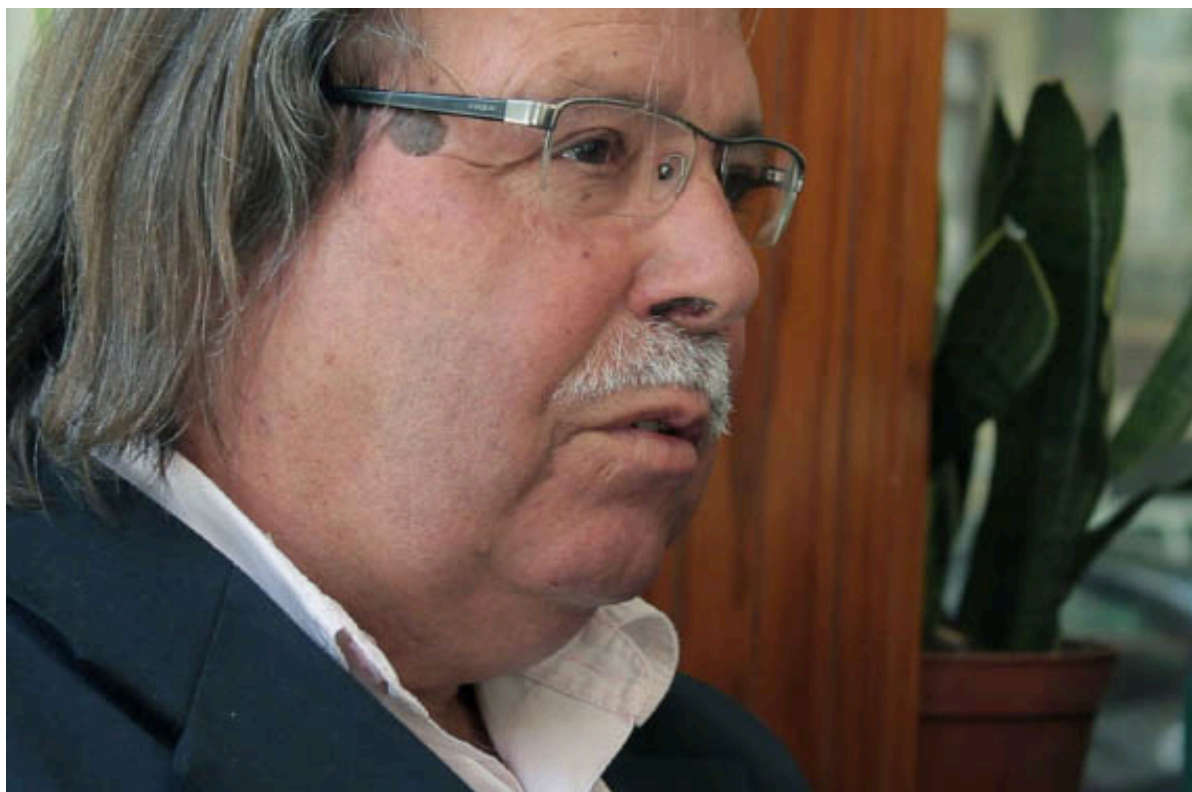


Figura 40: Dario Gonçalves



Figura 41: Pacheco Pereira

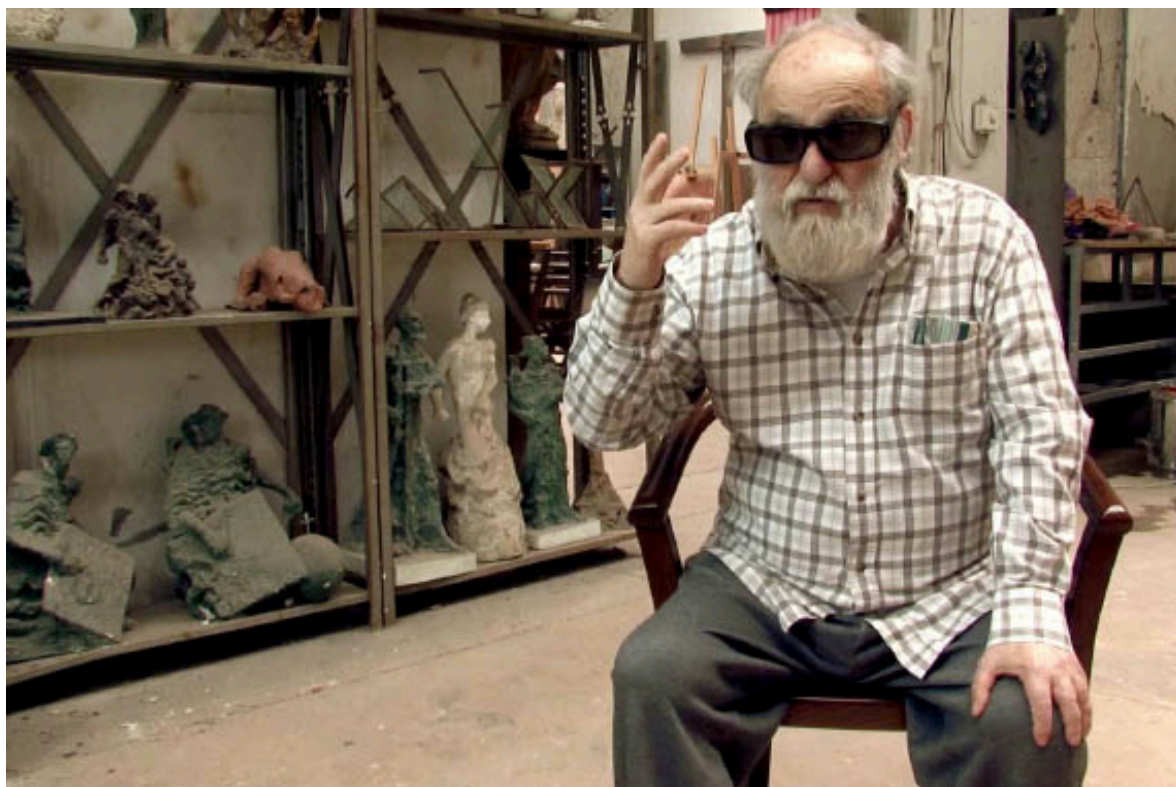


Figura 42: José Rodrigues



Figura 43: Manuel Dias da Fonseca



Figura 44: O Lódão da Rua Duque de Palmela

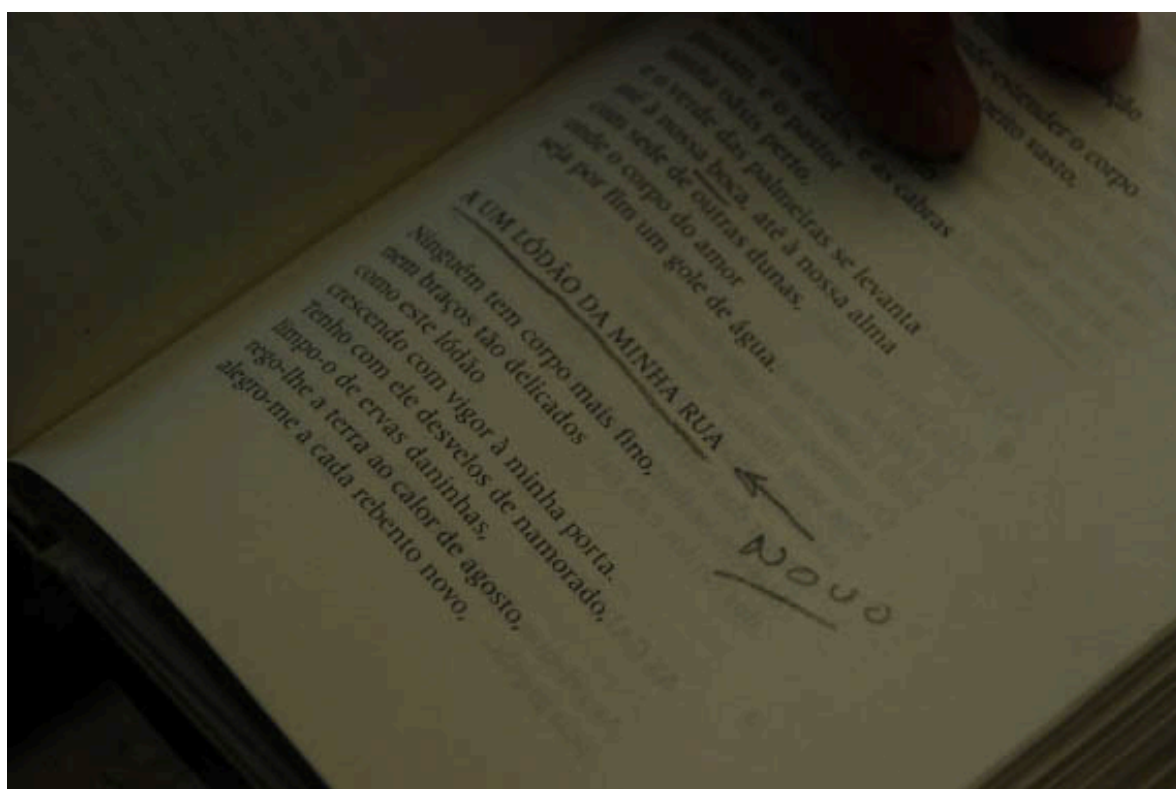


Figura 45: poema A Um Lódão da Minha Rua

A Sílabas

Toda a manhã procurei uma sílaba.

É pouca coisa, é certo: uma vogal,
uma consoante, quase nada.

Mas faz-me falta. Só eu sei
a falta que me faz.

Por isso a procurei com obstinação.

Só ela me podia defender
do frio de Janeiro, da estiagem
do verão. Uma sílaba.

Uma única sílaba.

A salvação.

[Eugénio de Andrade, 1994, in *Ofício de Paciência*]

O documentário Eugénio de Andrade lembrado pelos amigos [1], explora e regista como um conjunto de amigos seus experienciou a vida com este e quais as suas memórias partilhadas, usando como principais informantes esses mesmos amigos.

Referências

[1] Paulino, F. F. (2013, Dezembro). “Eugénio de Andrade lembrado pelos amigos”. (Porto: Área Metropolitana do Porto 2013), Filme, 18 min.

Póvoa do Varzim: Lancha Poveira

Tempo

16'44" / 06'17"

Descrição

O tema escolhido pelo município da Póvoa de Varzim para ser registado foi o barco de pesca tradicional denominado Lancha Poveira, nomeadamente o uso presente de uma réplica exata para fins de aprendizagem, uso turístico e por representar a identidade da comunidade. “A riqueza de uma terra com atratividade turística assenta não na repetição da mesma oferta global, mas na marca distintiva como portadora de identidade cultural, mergulhada na mais profunda tradição da sua comunidade. A Póvoa de Varzim tem sabido agarrar essa identidade tão fortemente ligada ao mar, que corre no sangue poveiro. Assim temos lançadas as pontes que ligam o passado, o presente e o futuro com o mar de permeio. Uma dessas pontes é, com toda a certeza, a Lancha Poveira do Alto, a ‘Fé em Deus’, um museu vivo, ou, como dizia o eterno Manuel Lopes, ‘A Escola da Memória’, da nossa memória coletiva. É essa memória que nos dá força, já que é um elemento de afirmação da identidade poveira” [3]. Assim, a identidade das gentes da Póvoa faz-se talvez porque o seu traço mais “significativo seja a íntima relação com o mar, que talha a vida, a mentalidade e os gestos, fazendo destes grupos “gentes do mar” [...], que vivem do mar, por ele e para ele [...]” [7].



Figura 46: a vela trapezoidal da Lancha Poveira

Saldanha afirma ainda, que foi com Manuel Lopes que aprendeu a respeitar “a saga do Poveiro ou como o Mar, em permanente simbiose, influenciou o devir de uma comunidade ribeirinha, confinada a um espaço singular [...]” [7].

A comunidade piscatória, utilizava barcos de modelos anterior ao atual das lanchas poveiras e de aparelhos de pesca diferenciados (linha e redes de emalhar de superfície) [7].

Ainda segundo Saldanha [7] o porto da Póvoa de Varzim da época de D. Dinis, manteve o seu âmbito local até meados do século XV, assumindo nos séculos seguintes relevância cívico política, uma consequência do desenvolvimento urbanístico do litoral que, por sua vez é consequência da importância crescente da atividade piscatória e de outras que lhe estão associadas como a construção naval, a cordoaria, a salga, o comércio do pescado fresco e salgado, do sal e ainda da atividade de transporte marítimo. Ao longo dos séculos XVI-XIX estas atividades foram passando por períodos de crescimento e declínio. No conjunto dos portos portugueses, em 1789, a Póvoa, afirmou-se como a mais importante praça de pescado – fresco, seco e salgado, uma realidade ímpar segundo [Lacerda, 1955], confirmada por [1] ao afirmar que esta realidade se justificava “pelo facto de, nesta Vila, se encontrar o maior número de pescadores, barcos e aparelhos de pesca do litoral norte”.



Figura 47: fotografia da Lancha Poveira tirada numa competição de embarcações tradicionais

O contexto da Póvoa de Varzim como comunidade essencialmente piscatória foi-se transformando, em particular nas última décadas e, aquela que era a atividade económica mais importante deixou de o ser, dando lugar a outras, nomeadamente as ligadas ao setor turístico e que integra a Póvoa como estância balnear importante. Ainda assim e, segundo Saldanha [7] um “[...] elemento de coesão social indissociável do processo de mudança, o património marítimo revela-se na diversidade cultural ímpar das nossas comunidades piscatórias (e ribeirinhas), as quais consubstanciam projetos autónomos pela originalidade e pluralidade das suas identidades [...]”. Um desses projetos, é o da lancha poveira do alto “Fé em Deus”, iniciado por Manuel Lopes que, em diversas oportunidades afirma a importância de ser necessário ver e estudar o mar e as atividades a ele ligadas, não da terra mas do próprio mar, enquanto participantes ou observadores.



Figura 48: porto de pesca e marina da Póvoa de Varzim

A ideia da construção de um “Barco Poveiro” (lancha poveira do alto) é anterior a Manuel Lopes mas foi ele que a concretizou em 1991, data em que transformou essa ideia no *Projecto de Construção e Navegação da Lancha Poveira do Alto*. Projeto este que foi apoiado pela Câmara Municipal da Póvoa de Varzim e pelo Clube Naval Povoense, tendo ficado os trabalhos de construção (planificação) a cargo de um antigo mestre de estaleiro, Joaquim Gonçalves Braz na altura já com setenta e nove anos e que trabalhou num dos estaleiros da Póvoa extintos à cerca de oitenta anos.



Figura 49: montagem do mastro da Lancha Poveira

A embarcação da lancha poveira foi escolhida por a identidade da comunidade marítima poveira ter nesta “[...] um dos seus símbolos mais expressivos e luminosos [...] que consubstancia e assinala a Memória da viagem e da diáspora das técnicas de construção naval, da faina piscatória e das artes de velejar dos pescadores poveiros.” [2] [4].



Figura 50: porto de pesca da Póvoa de Varzim

António Nobre, que viveu na Póvoa de Varzim, escreveu sobre a ascendência marítima dos portugueses e sobre as lanchas poveiras.

*Georges! Anda ver meu país de Marinheiros,
O meu país das Naus, de esquadras e de frotas!
Oh as Lanchas dos Poveiros
A saírem a barra, entre ondas e gaivotas!
Que estranho é!
Fincam o remo na água, até que o remo torça,
À espera da maré,
Que não tarda aí, avista-se lá fora!
E quando a onda vem, fincando-a a toda a força,
Clamam todos à uma: “Agôra! agôra! agôra!”*

António Nobre [5]



Figura 51: a tripulação da Lancha Poveira

A lancha poveira foi construída em cerca de sete meses e foi lançada à água (bota-abaixo) em 15 de Setembro de 1991.

Apesar de ser uma construção relativamente recente, à parte os registos publicados e distribuídos à população através da publicação “Notícias da Lancha” [4] entre 27 de Fevereiro (n. 1) de 1991 e 26 de Julho de 1992 (n.10), existem poucos registos audiovisuais de todo o processo de construção. Adicionalmente, o espaço que funcionou como estaleiro provisório deixou de existir, assim, não foi possível explorar no documentário este aspecto que poderia ser importante, quer como registo, quer como ‘escola de memória’ viva relativa à construção naval tradicional.

O documentário “Lancha Poveira, escola da memória” [6], explora e regista o que é a Lancha Poveira, o seu uso passado, o que deu origem ao atual barco e a sua relevância para a comunidade.

Referências

[1] Amorim, Sandra Araújo de (2004). “Vencer o mar ganhar a terra: construção e ordenamento dos espaços na Póvoa pesqueira e pré-balnear” em Na linha do horizonte – Biblioteca Poveira, Volume 8. Câmara Municipal da Póvoa de Varzim.

- [2] Anónimo (Fevereiro 1991). “A todos os poveiros e amigos da Póvoa” em Notícias da Lancha, Ano 1, Número 1. Clube Naval Povoense / Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim.
- [3] Batista, Luís Diamantino de Carvalho (2007). "No dia nacional do mar de 2006" em Póvoa de Varzim Boletim Cultural, volume 41.
- [4] Costa, Manuel, org. (2011). Notícias da Lancha 1991-1992 fac-símile. Município da Póvoa de Varzim. ISBN 978-972-9146-75-6
- [5] Nobre, António (1892). “Oh As Lanchas dos poveiros”, em Só, op. cit. em [Costa, 2011]
- [6] Paulino, F. F. (2013, Dezembro). “Lancha Poveira, escola da memória”. (Póvoa de Varzim: Área Metropolitana do Porto 2013), Filme, 16 min.
- [7] Saldanha, José Bastos (2008). “A causa do mar em Manuel Lopes “ em Póvoa de Varzim Boletim Cultural, volume 42.

Santa Maria da Feira: As Fogaceiras

Tempo

16'14" / 06'02"

Descrição

O tema escolhido pelo município de Santa Maria da Feira para ser registado foi a tradição das fogaceiras, uma atividade tradicional que tem as suas origens numa lenda, que mais tarde se desenvolveu para um formato mais complexo, sempre com uma motivação religiosa.

Podemos atestar que um aspecto relevante deste projeto é a forma como a administração municipal tomou a seu cargo a tarefa de garantir a continuidade desta tradição, promovendo atividades que promovem a sua difusão, tanto quanto, garantir que as crianças conhecem a sua origem e a forma como no presente se desenvolve. “A festa das fogaceiras de Santa Maria da Feira e a procissão, independentemente do seu carácter votivo original, evocam na sua simbologia várias realidades da vida quotidiana das gentes destes lugares que convém realçar. Antes de mais, o flagelo das epidemias que outrora foi dramaticamente recorrente na vida das comunidades de Portugal e da Europa [...]” [1]. As festividades das fogaceiras, de acordo com a tradição, são o resultado da promessa feita ao mártir São Sebastião em 1505, aquando da peste desse ano, com o intuito de obter a sua proteção. Pode-se afirmar que na idade média e séculos seguintes, não existiam recursos para combater as recorrentes epidemias que assolavam o país. Assim, apesar de nem todos os investigadores estarem de acordo quanto à data de início das festividades, concordam que foi a peste que suscitou este voto a São Sebastião.



Figura 52: a preparar as fogaças

São Sebastião não é o orago de nenhuma das freguesias que constituíram as antigas Terras de Santa Maria. Apesar de quem “fez a prece, em nome do povo” [3], se o Conde da Feira se o Senhor da Terra, não seja claro, em particular por não existirem documentos que o comprovem, a tradição diz que a promessa de uma festa religiosa anual e a entrega de três fogaças de ‘alqueire’ (inicialmente feitas no castelo, no forno que ainda lá existe) é uma realidade desde 1505.



Figura 53: fogaças saindo do forno

As donzelas que transportam as fogaças, pensa-se, fazem parte do ritual desde a sua origem, no entanto, a encenação desta atividade foi sendo diferente ao longo dos quinhentos anos da sua existência, quer em número de donzelas envolvidas, características das fogaças, transporte (em tabuleiro adornado ou não) quer na representação do castelo ornado com bandeiras.



Figura 54: antiga fogaceira Fátima Magalhães, uma peça fundamental ao processo de transmissão

As entidades a quem eram distribuídas as três fogaças também foram sendo diferentes. Inicialmente as três fogaças eram entregues (01) à Câmara Municipal; (02) Convento dos Loios; (3) a terceira fogaça era repartida pelos moradores, inicialmente de forma gratuita mais tarde a troco de dinheiro [1]. Hoje em dia são distribuídas pelas autoridades religiosas, políticas e militares do município de Santa Maria da Feira.



Figura 55: tradição das fogaceiras, garantindo a continuidade via transmissão (crianças em idade escolar)

Nos tempos de hoje, a vinte de Janeiro, as meninas fogaceiras (donzelas), depois de vestidas e calçadas de branco e enfeitadas com laços coloridos, maioritariamente brancos e azuis, transportam as fogaças à cabeça, sobre um tabuleiro enfeitado com bandeiras, em cortejo desde a Câmara Municipal até ao Convento dos Lóios onde, no final da missa são benzidas pelo Bispo do Porto e saem em procissão pelas ruas do centro da cidade, regressando novamente à igreja. Na procissão participam ainda as autoridades religiosas, civis e militares, representantes das entidades administrativas, sociais, culturais, entre outros agrupamentos oriundos de todas as localidades do concelho de Santa Maria da Feira.



Figura 56: tradição das fogaceiras, vestidos brancos enfeitados com laços coloridos vermelhos e azuis

A fogaça é um pão doce tradicional originário de Santa Maria da Feira com a forma estilizada da torre de menagem do castelo e dos seus quatro coruchéus. No período das festas produzem-se, consomem-se e oferecem-se muitas fogaças mas, na realidade são produzidas e comercializadas todo o ano.



Figura 57: tradição das fogaceiras, vestidos brancos enfeitados com laços coloridos vermelhos e azuis

O documentário As Fogaceiras [2], explora e regista as atividades desenvolvidas pela comunidade para difundir e transmitir às gerações futuras como nasceu esta tradição, como a administração municipal tomou a seu cargo esta tarefa, usando com principal informante uma antiga fogaceira, representantes administrativos e os estudantes e professora de um grupo que se encontra a aprender esta importante tradição.



Figura 58: tradição das fogaceiras, procissão pelas ruas do centro da cidade



Figura 59: a tradição das fogaceiras, donzelas (meninas fogaceiras) a transportar as fogaças

Referências

- [1] Monteiro, A. (2005). A festa das fogaceiras e o feriado municipal de Santa Maria da Feira. Câmara Municipal de Vila da Feira. ISBN 972-99485-0-X.
- [2] Paulino, F. F. (2013, Dezembro). “As Fogaceiras”. (Santa Maria da Feira: Área Metropolitana do Porto 2013), Filme, 16 min.
- [3] Tavares, Manuel (s/d). “Festa das Fogaceiras (texto não publicado).

Santo Tirso: Indústria têxtil. Passado, presente e futuro

Tempo

17'32" / 06'27"

Descrição

O tema escolhido pelo município de Santo Tirso para ser registado foi a indústria têxtil, passado, presente e futuro. Motivado por diversas vicissitudes não foi possível tratar todas as facetas deste tema, por essa razão o trabalho esteve maioritariamente concentrado no passado onde o modelo fabril associado ao algodão dominou e na sua decadência, em conjunto com a exploração de novas alternativas do presente e futuro onde um novo papel está a ser criado e desenvolvido dentro do contexto da têxtil.

“[...] o Vale do Ave, com vários séculos de tradição têxtil e cerca de 150 anos de habituação ao modelo fabril, as fábricas de algodão [...] marcam a dinâmica da sua história recente, com as velhas e altas chaminés, os ‘canudos’ na gíria popular, a localizarem na paisagem os santuários de um trabalho persistente que tem envolvido, direta ou indiretamente, a maioria da sua população.” [2].

A cidade de Santo Tirso nasceu e desenvolveu-se na margem esquerda do rio Ave, sede de concelho desde 1834. O concelho localizado na extremidade norte do distrito do Porto, integrado no Vale do Ave, foi inicialmente um concelho rural cuja localização privilegiada lhe permite um acesso fácil a outras regiões norte do país, litorais e interiores. Foi também a sua localização que lhe permitiu o acesso à eletricidade de abastecimento público a partir de 1910 essencial para o desenvolvimento industrial, no entanto a Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela (Fábrica Rio Vizela) instalou duas turbinas em 1895 (a central hidroelétrica está ainda hoje operacional mas com equipamento moderno). Esta, alimentava as necessidades produtivas e de iluminação da fábrica assim como o fornecimento de energia elétrica das freguesias de S. Tomé de Negrelos e Vila das Aves, onde a fábrica está localizada.

A origem da indústria têxtil no Vale do Ave, baseada na atividade de transformação do linho e fortemente ligada à autossuficiência da vida rural, integrava atividades de fiação e tecelagem que “emergem na região como complemento natural da faina agrícola, essencialmente como trabalho feminino que aproveita os tempos vagos das cadências da terra para transformar o linho ou a lã” [2]. Fiava-se enquanto se desenvolviam atividades agrícolas que o permitissem como o guardar do gado e em

casa, maioritariamente ao serão. As casas agrícolas tinham também os seus teares. A atividade associada de apisoamento dos panos, também com uma produção de natureza doméstica fazia-se para consumo próprio e para os mercados locais era também praticada existindo registos de encomendas locais mas “foi-se gradualmente perdendo, dando lugar aos grandes estabelecimentos industriais vocacionados para o algodão” [3].



Figura 60: antiga Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso

No entanto os primeiros registos da atividade de fiação no Vale do Ave, Santo Tirso remontam, segundo Olaio et al. [3], à II Idade do Ferro, tendo sido encontrados cossoiros (objetos de argila usados em fiação) em diversos povoados fortificados. Já a prática da tecelagem encontra-se atestada desde a ocupação romana entre os séculos I e IV através de objetos a ela associados nomeadamente os pesos de tear. As matérias primas mais empregues para a tecelagem dos tecidos eram a lã e o linho. Ainda de acordo com os mesmos autores [3], os tecidos mais utilizados durante a Idade Média eram para a nobreza a seda e a escarlata (tecido de lã de cor vermelha) e para os outros o fustão (tecido de algodão, linho ou lã em cordão), a serguilha (lã grosseira e sem pelo), e o burel (igualmente um pano grosseiro de lã, comumente usados nos hábitos). As referências à produção têxtil apenas podem ser acompanhadas no mosteiro Beneditino de Santo Tirso que “Importava tecidos para paramentos e outras peças litúrgicas, incluindo alguns hábitos para uso quotidiano

[...] [mas] é possível que tenham fiado ou mandado fiar o linho e a lã para uso comunitário.” [3].



Figura 61: José Manuel R. Teles, um dos últimos herdeiros da Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso

O cultivo do linho bem difundido por todo o concelho, para o qual eram contratados muitos cidadãos pelos lavradores, a fiação que se fazia em casa, e a tecelagem do necessário para o consumo doméstico, vendendo-se o excedentário para tecer fora, praticou-se até à poucos anos no concelho de Santo Tirso. “Até à chegada do algodão, com o aparecimento da Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela, a atividade têxtil da região pautava-se pelo uso de práticas ancestrais de fiação e tecelagem, utilizando as matérias-primas que tinha ao seu alcance, o linho e a lã.” [3].

O desenvolvimento das vias de comunicação, no caso de Santo Tirso, foi fundamental o projeto de construção da linha Póvoa de Varzim - Guimarães, com um primeiro troço Senhora da Hora - Trofa e um segundo Trofa – Vizela, fazendo a ligação entre os concelhos do litoral e os mais interiores com Santo Tirso de permeio, ao permitir o acesso do fluxo comercial ao Porto, levando à criação e desenvolvimento de várias indústrias junto à linha, destacando-se as da têxtil e de moagem. Projetos construtivos, mesmo que parcialmente construídos, de vias férreas, e.g., os troços Trofa – Santo Tirso em 1879, o de Santo Tirso – Negrelos e ainda Negrelos – Guimarães são determinantes para o desenvolvimento, em particular da indústria

têxtil. Em Dezembro de 1883 parte da Trofa em direção a Vizela uma locomotiva inaugural e por toda a linha se efetuam paragens, onde se festeja com pompa e circunstância a sua chegada.



Figura 62: Espaço Fábrica Santo Thyrsó, incubadora de moda e design (no âmbito de uma parceria com a ESAD)

Zona rural, com uma agricultura essencialmente de subsistência, onde a pobreza grassa e a emigração teve forte impacto no tecido social e económico [3], confrontem-se os resultados do recenseamento geral de 1911 mandado fazer por Francisco Cândido Moreira da Silva e citados por Olaio et al. [3] que contabiliza 15649 homens e 18032 mulheres no total do concelho, com as freguesias de Santo Tirso e Aves registadas como as mais populosas, poder-se-ia prever a adesão da população ao operariado fabril, como forma de solucionar a precariedade económica e social em que viviam. Assim, apesar dos vestígios de industrialização até meados do século XIX serem raros, da mecanização da indústria ser lenta, da não existência de mão de obra especializada, da utilização diminuta da máquina a vapor como fonte de energia (ao invés era utilizada a energia de fonte hidráulica), do trabalho inicialmente ser um complemento à atividade agrícola, das políticas estatais e correspondentes quadros fiscais não favorecerem o desenvolvimento da atividade industrial, progressivamente começou a desenvolver-se de forma consistente, uma indústria têxtil moderna, com base no algodão, aliás motivada ela também na necessidade de criar independência face ao domínio da indústria inglesa [3]. Começa

a desenvolver-se uma mão-de-obra especializada, à qual a adoção do modelo de fábrica-escola não foi alheio, com gerações de operários fabris em que famílias inteiras trabalham na têxtil. São desenvolvidas estruturas de apoio nas fábricas impulsionadas pelos operários e apoiadas pelos industriais, como as associações de socorros, cooperativas onde são vendidos alimentos e tecidos, cantinas com preços reduzidos, bairros de habitação, banhos de água quente, entre outras; estas famílias de operários integram estruturas de carácter desportivo, recreativo e cultural que organizaram em que a banda de música, o teatro e o futebol são presenças constantes [3].



Figura 63: Francisca Machado Guimarães no espaço da antiga Fábrica do Rio Vizela, representada na fotografia de fundo

É neste contexto, o de uma "sociedade de parceria mercantil sem firma", que é criada a Fábrica do Rio Vizela, fruto da vontade mobilizadora de onze homens de negócio do Porto com interesses vários, tendo como objetivo "*o estabelecimento d' huma fabrica de fiação d'algodão movida por agoa nas margens do rio Vizella*" em Setembro de 1845, sendo apontada como exemplo da vontade modernizadora de um grupo de industriais nortenhos que pretendiam não só ganhar independência em relação aos fornecedores ingleses como intervir e dinamizar este sector de mercado [1]. O sócio maior era um engenheiro francês de nome Eugene Cauchoux, e no seu conjunto detinham um capital de 40 contos de réis. Foi no entanto este engenheiro que assumiu a direção da fábrica, tendo sido, entre outras responsabilidades,

responsável por preparar, montar e dirigir as grandes máquinas compradas, e por garantir uma qualidade do fio igual ou superior ao importado, e em todas as espessuras consumidas. Ficou como mestre de fiação e com o encargo de fornecer todas as diretivas para a construção da fábrica, com a possibilidade de delegar a seu encargo. O edifício foi construído nos terrenos da margem do rio Vizela (S. Tomé de Negrelos) e incluíam dois açudes, onde foi construída a central hidroelétrica [1].



Figura 64: o declínio da indústria têxtil no Vale do Ave e a escala dos espaço da antiga Fábrica do Rio Vizela, tornam difícil a recuperação física desta.

E a Fábrica do Rio Vizela foi crescendo. Em 1848, tinha já importando algodão em rama (5140 arrobas), transformando em fio 4369 arrobas, todo ele vendido no mercado nacional. Empregava já 58 homens, 54 mulheres e 35 aprendizes rapazes (147 no total) e o trabalho de aquisição e montagem de máquinas continuava. Em 1854, empregava 155 operários homens, 151 mulheres e 92 aprendizes rapazes (398 no total), neste momento já a segunda maior empregadora da área têxtil da área do grande Porto. Os homens recebiam salários superiores às mulheres. Cauchoix não sobreviveu muitos anos à criação da fábrica e em 1854 existem referências de que são sócios os seus herdeiros tendo sido denominados como administradores António José Cabral, Joaquim Pereira Vilar e Manuel Joaquim Machado. São estes últimos industriais que vão assumir a dinamização fabril, nomeadamente, alimentando as

suas fábricas de tecelagem com o fio produzido na Fábrica do Rio Vizela. A quota de Cauchoix foi comprada e distribuída pelos outros sócios. José António da Silva e Sousa e Vavasseur, francês e novo diretor técnico da fábrica (com um empréstimo da própria empresa), adquirem a parte de João Guimarães [1].

No inquérito industrial de 1890, a Fábrica do Rio Vizela tinha uma dimensão muito maior com um registo de 629 operários (não há contabilização do operariado feminino), com vários graus de especialização dos quais são identificados 9 mestres do sexo masculino. Regista existirem 308 máquinas, com 25000 fusos e 200 teares. A energia era produzida por duas turbinas (240 cavalos-vapor) e duas máquinas a vapor (com 650cv entre ambas). A jornada de trabalho era de 12h no verão e 9h no inverno [1]. “Os anos seguintes correspondem a tempos de crescente afirmação, com a Fábrica do Rio Vizela a constituir um pólo industrial com inegável dinamismo no meio local: tornou-se o maior empregador da região, contando-se por vários milhares (oscilando em volta dos três mil) a população operária, apesar das vicissitudes da vida industrial. De entre essas vicissitudes é de destacar a famosa greve de Julho/Agosto de 1910, reivindicando alterações salariais, mas também, por exemplo, o fim dos castigos corporais ou a liberdade de voto em eleições” [1].

Dentro da política social desenvolvida então pelas maiores empresas a “Fábrica [do Rio Vizela] comprou ‘uma grande área de terreno, próximo à sua importante fábrica, uma das principais da Península, no qual abriu larga e extensa avenida, a baixo preço aforando a seus operários os terrenos marginais, para construção de habitações” [1], alugando estes espaços a preços acessíveis.

As fiações desenvolveram-se para integrarem a tecelagem e depois a tinturaria, gradualmente substituindo a indústria artesanal enraizada na região norte.

Na década de sessenta, passou por um período de declínio acentuado com momentos de paralisação total, em ruína mas, a partir de 1973, quando o industrial têxtil Narciso Machado Guimarães a adquiriu, transforma-se numa nova unidade, redimensionada e modernizada. Dos seus sucessores e herdeiros, quatro, José Machado Guimarães é aquele que mais fortemente se enraizou na memória de quantos lá trabalharam nesta últimas décadas até à extinção da fábrica, enquanto unidade de produção têxtil. É dele que ouvimos falar no documentário, quando os informantes nos contam as suas memórias de uma indústria tão relevante económica e socialmente para a região. A organização desta e de outras fábricas que a família Machado Guimarães detinha (Fábrica de S. António de Caíde, no Ave; Fábrica de Fiação e Tecidos de Bairro em V. N. Famalicão; Empresa Industrial de Negrelos, Lda, (pessoal); FIATECE - Sociedade Têxtil Narciso José Machado Guimarães & Fºs, Lda, em Vila das Aves) tinha como pilar essa mesma estrutura familiar. O papel inicial atribuído à fábrica do Rio Vizela altera-se, em particular por vir substituir as funções

produtivas da Fábrica do Bairro que arde completamente, absorvendo inclusive, a maior parte do operariado desta. Esta, continua a crescer e desenvolver-se, com períodos de grande produção e outros menos prolíficos mas, as grandes alterações de mercado com o fecho dos mercados coloniais, a abertura dos mercados europeus comunitários, o protecionismo dos mercados europeus de leste, entre outras vicissitudes, umas positivas outras negativas foram criando situações de progresso e crise que se alternavam ao longo das últimas décadas até que, em grande parte devido à competição das indústrias asiáticas, a unidade produtiva da Fábrica do Rio Vizela fechou as suas portas.

Hoje em dia, este espaço funciona como recetor de atividades de vária índole, muitas destas de caráter cultural e desportivo. A empresa gestora deste espaço, tem para ele planos muito precisos mas, concretizá-los será sempre uma tarefa hercúlea. Deambular pelos seus antigos 90.000 m² faz-nos pensar na escala em que esta Fábrica do Rio Vizela foi construída e operou, muito para além da escala humana, no entanto, é da escala humana que nos falam os seus antigos trabalhadores, nossos informantes, no documentário que se apresenta, desta que foi, para além de uma grande fábrica têxtil, uma grande comunidade.



Figura 65: antigo operário da Fábrica do Rio Vizela (central hidroelétrica ao fundo)

A Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Thyrsó, conhecida como a fábrica do Teles, foi criada com o objetivo de absorver os excedentes de fio da Fábrica do Rio Vizela e

veio instalar-se em Santo Tirso nos terrenos junto ao rio Ave deixados em testamento por José Luís de Andrade (1872), a uma qualquer companhia que por meio de ações, por parceria ou outra forma legal, promovesse e pusesse em execução o levantamento de uma fábrica junto à vila de Santo Tirso, juntamente com a quantia de dez contos de reis a ser usada para a edificação da mesma se esta demonstrasse ter gasto pelo menos o dobro com a mesma obra e ficasse provada a capacidade empregadora diária de cinquenta pessoas da freguesia [5]. Formada em 1898, é em Julho de 1899 inicia-se a construção da fábrica mas em Junho de 1899 esta já funcionava sob a firma Vavasour, Hardgraves & Costa, Comandita, com 400 operários homens e mulheres, operando 100 teares mecânicos e um motor de 350cv. Em Novembro de 1906, a firma é transformada na Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Thyrsó, lda., com os sócios Hargraves e António da Silva Telles Júnior como gerentes. Mais uma vez, como era corrente nesta época e neste tipo de empreendimentos, António da Silva Telles, é autorizado a adquirir dos outros sócios para si, uma quota da empresa. Até 1939 é ele que lidera o crescimento e desenvolvimento da fábrica, tornando-a numa das mais importantes unidades produtivas têxteis não só da região como do país, tornando-se a principal fonte de emprego da então vila de Santo Tirso. “Ao fim da tarde, quando despegam do trabalho, se não constituem uma legião tão numerosa como os da Fábrica de Negrelos, oferecem contudo um espetáculo vivo e animado, sempre muito pitoresco.” Pimentel, citado em Silva (2001) [5].

A fábrica marcou o ritmo do trabalho e, determinou o crescimento de Santo Tirso e áreas circundantes, nomeadamente o desenvolvimento das vias de comunicação e das suas infraestruturas. Por outro lado, a organização do trabalho, as regras de higiene e as práticas de sociabilidade necessárias ao funcionamento de uma fábrica, em particular uma de tão grande dimensão, transvazam os seus limites e vão repercutir-se em todas as outras vivências comunitárias, no dia a dia da vida da sociedade. O salário permite a independência dos trabalhadores e uma melhoria socioeconómica significativa face à conseguida com o trabalho agrícola.

António Borges da Silva Telles, pai de um dos nossos informantes, sucede a seu pai na direção da fábrica e continua o seu trabalho e adicionalmente, constrói um Bairro habitacional em que as casas, além de modernas e arejadas, tinham o seu próprio quintal individual e anexos de suporte à criação de animais, de arrumação e tanques de lavagem de roupa. As casas foram equipadas, se os locatários assim o desejassem, com fogões a lenha construídos na serralharia da fábrica (por um encargo mensal). O Bairro tinha uma rede elétrica própria e saneamento básico. Desta forma, António Telles, sediava os seus trabalhadores junto à fábrica e, as casas eram distribuídas como benesse, a troco de uma renda simbólica, funcionando como um complemento salarial o que permitiu o aumento da qualidade de vida das famílias dos beneficiados. Implementou também um sistema de vistoria e conservação, de que fazia parte em

conjunto com um arquiteto e uma equipa de serviços de manutenção, de forma a garantir a permanente sanidade das habitações deste bairro [5]. O Bairro Velho tinha 49 habitações e o Bairro Novo, que entretanto se construiu, 12. Implementa a cantina, para servir refeições, cria balneários com água quente, que podiam ser usados por quem quisesse ao fim de semana, distribui tecidos para a confeção das fardas de trabalho anualmente, entre outras ações de cariz pessoal, lembradas nas memórias daqueles informantes registados no documentário. É por ele que a Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Thyrsó é conhecida como a Fábrica do Teles. Em 1979 é sucedido pelo seu filho José Manuel Ribeiro Teles, até 1990, ano em que deixa de existir enquanto fábrica, vindo a ser transformada no atual Espaço Fábrica Santo Thyrsó, incubadora de moda e design.

A antiga Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Thyrsó, desde que foi desativada em 1990, foi adquirida pelo Município e reabilitada, integrada numa estratégia de revitalização e desenvolvimento urbano. A reabilitação manteve a traça arquitetónica da fábrica original típica da arquitetura industrial dos finais do século XIX e reorganiza-se espacialmente para funcionar como um “espaço de trabalho, negócios, experimentação e inovação de cultura, de fruição e lazer” [<http://www.fabricasantothyrsop.pt/pt/espaco/fabrica-santo-thyrso/page/a-fabrica>], receber empresas como incubadoras e criar uma unidade que se pretende moderna de promoção do têxtil.

O espaço multifuncional está organizado em sub-espacos com funcionalidades distintas para eles pensados: (1) Nave Cultural, localizada na antiga área da tecelagem, que acolhe eventos de vários tipos; (2) uma Praça Multiusos, localizada no exterior, com vista para o rio que além de poder acolher eventos é uma área de lazer; (3) Incubadora (de Empresas) de Base Tecnológica, em pleno funcionamento desde 2009, que disponibiliza espacos equipados para a instalação de empresas com a partilha de espacos e serviços comuns, apoio ao desenvolvimento, consolidação e implementação da ideia de negócio, assim como o acesso e acompanhamento de opções de financiamento várias; (4) iMOD, localizada no antigo pavilhão de tecelagem automática, um espaco dividido em quatro subáreas com um laboratório de prototipagem têxtil com uma componente laboratorial avançada, assegurada em parceria com a ESAD e outras instituições usado igualmente como espaco de formação prática; um espaco aberto para albergar eventos de moda; uma área com espacos individuais a serem usados para incubação de empresas de moda e design que visa integrar e criar redes institucionais, ligadas às áreas da moda, inovação e criatividade, que possam gerar novas fontes de financiamento, promover o trabalho desenvolvido e criar formas de valorização das instituições parceiras e da indústria local; e um espaco superior adicional de exposição; (5) um Centro Interpretativo da Indústria Têxtil, num antigo armazém da fábrica, que alberga uma exposição

permanente sobre a história da Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Thyrso e uma mostra de produtos multimédia sobre a indústria têxtil.

O documentário A indústria têxtil. Passado, presente e futuro [4], explora e regista o passado, presente e futuro do contexto da indústria têxtil.

Referências

- [1] Alves, Jorge F.; Lacerda, Silvestre (1995) “Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela - As origens” in O TRIPEIRO, 7^a série, ano XV (1995), nº 1-2 (Janeiro/Fevereiro), p. 41-46, e nº 3, p. 84-88.
- [2] Alves, Jorge Fernandes (2002), A Indústria Têxtil do Vale do Ave. in Mendes, José Amado; Fernandes, Isabel (Coord.) - Património e Indústria no Vale do Ave. Vila Nova de Famalicão: Adrave, p. 372-389.
- [3] Olaio, Nuno M.; Moreira, Alvaro B. (1995). “Catálogo da Exposição Comemoração dos 150 anos da Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela”. Santo Tirso : Câmara Municipal de Santo Tirso
- [4] Paulino, F. F. (2013, Dezembro). “A indústria têxtil. Passado, presente e futuro”. (Santo Tirso: Área Metropolitana do Porto 2013), Filmstrip, 17 min.
- [5] Silva, Luis (2001). “A família Teles no desenvolvimento de Santo Tirso”, in Cívico – Jornal do Concelho de Santo Tirso, 1 de Setembro de 2001.

São João da Madeira: Indústria da Chapelaria

Tempo

16'34" / 7'00"

Descrição

O tema escolhido pelo município de São João da Madeira para ser registado foi a história da indústria da chapelaria. São João da Madeira é uma cidade situada no extremo norte do distrito de Aveiro, pertencente à região da Beira Litoral, posicionada no centro da sub-região de Entre Douro e Vouga (entre os rios). A cidade é atravessada pelo rio Ul.

A cidade de São João da Madeira é conhecida em Portugal pela sua tradição na área industrial relacionada em particular, com a produção de chapéus e calçado sendo reconhecida no país como a Capital do Calçado. Seguindo esta linha, São João da Madeira desenvolveu novas estratégias para o turismo, nomeadamente aquelas que concernem o turismo industrial.



Figura 66: indústria da chapelaria, chapéus prontos para a finalização

Durante muitos séculos, São João da Madeira não era economicamente relevante no contexto nacional mas, desde meados do século XIX, tornou-se num foco importante da revolução industrial em Portugal e, em poucos anos, transformou-se num dos maiores polos industriais do país. A produção de chapéus foi a primeira atividade industrial que se estabeleceu na área.



Figura 67: Empresa Industrial de Chapelaria (hoje Museu da Chapelaria)

Embora a primeira fábrica se tenha estabelecido nos primeiros anos do século XIX, a primeira fábrica para a produção de chapéus de feltro (chapéus de pelo) foi fundada em 1892 e, em 1914 estabeleceu-se aquela que se tornaria um dos mais importantes símbolos de São João da Madeira, a Empresa Industrial de Chapelaria que hoje em dia abriga o Museu da Chapelaria.



Figura 68: indústria da chapelaria, os ‘unhas negras’ a trabalhar na fula (fotografia de fundo)

A inauguração da linha de comboio do Vouga, o crescente progresso e fixação de novas indústrias, a explosão populacional e a melhoria da sua qualidade de vida contribuíram para o crescimento exponencial de São João da Madeira, contribuindo para o seu desenvolvimento económico e social [3].



Figura 69: indústria da chapelaria, maquinaria pesada – a multi-roler (conhecida como miséria)

Já nos anos quarenta, a produção de pelo e feltros está centralizada aqui, facto para o qual contribuiu a criação da fábrica Cortadoria Nacional do Pêlo, a única que processava o pelo. De acordo com Lima e Ribeiro (1987) [4] em 1946, 68% dos trabalhadores da indústria da chapelaria em Portugal trabalhavam em São João da Madeira.



Figura 70: indústria da chapelaria, antigos trabalhadores da Empresa Industrial de Chapelaria

Na sua novela “Unhas Negras” [2] o escritor João da Silva Correia retratou os trabalhadores da indústria da chapelaria que, graças ao trabalho duro nas fulas, danificavam as suas unhas que também ficavam manchadas de negro. Durante muito tempo, a expressão também designava os habitantes de São João da Madeira. Foi à custa do trabalho destes 'unhas negras' e doutros trabalhadores da indústria da chapelaria que a cidade se desenvolveu. Um autor anónimo que escreveu os “Apontamentos para uma introdução à leitura de Unhas Negras” presente no prefácio à edição de 2003 afirma, “[...] João da Silva Correia [...] quis chamar a atenção das gerações contemporâneas para o drama pungente vivido pelos operários de então e honrar os 'humildes que transpuseram em amarga penitência de sacrifícios o breve parêntesis da vida' e que foram o alicerce, a pedra em que assentou o progresso da sua terra, de que a indústria da chapelaria foi, sem dúvida, o principal motor”[2].

“Dentro destas paredes guardamos máquinas, ferramentas, matérias-primas, chapéus. Guardamos as histórias que a memória salvou. [...] Dentro deste edifício, que foi um dia o da Empresa Industrial de Chapelaria, uma das mais importantes unidades fabris da cidade, nasceu o Museu da Chapelaria, neste edifício onde primeiramente a indústria foi mecanizada, nesta cidade que foi um dos principais e mais importantes centros produtores de chapéus do País” [1].

A indústria da chapelaria viria a decair com a caída em desuso dos chapéus. Ao mesmo tempo, a indústria do calçado desenvolveu-se, tornando-se eventualmente na atividade económica principal da cidade conhecida como a Capital do Calçado.



Figura 71: indústria da chapelaria, enformadeira

É tudo sobre as histórias mantidas que foram conservados pela memória comum. O documentário “Indústria da Chapelaria” [5], explora e regista estas memórias, usando como seus principais informantes os antigos trabalhadores da Empresa Industrial de Chapelaria que, hoje em dia, abriga o Museu da Chapelaria.

Referências

- [1] Câmara Municipal de São João da Madeira (2013). Folheto “Museu Chapelaria S. João da Madeira”.
- [2] Correia, J. d. S. (2003, Outubro). Unhas Negras (3rd ed.). Câmara Municipal de São João da Madeira. ISBN 972-9148-18-X.
- [3] Costa, L. (1987, Fevereiro). O Coração da Fábrica: Viagem ao mundo de “unhas negras”. Câmara Municipal de São João da Madeira.

[4] Lima, A. e J. Ribeiro (1987). Indústria de Chapelaria em S. João da Madeira. Câmara Municipal de São João da Madeira.

[5] Paulino, F. F. (2013, Dezembro). “Indústria da Chapelaria”. (São João da Madeira: Área Metropolitana do Porto 2013), Filme, 16 min.

Trofa: A Produção de Arte Sacra no Vale do Coronado

Tempo

17'41" / 05'54"

Descrição

O tema escolhido para ser registado pelo município da Trofa foi a produção de arte sacra no Vale do Coronado. O Vale do Coronado é uma área ao longo de um vale que inclui as freguesias de São Mamede do Coronado e São Romão do Coronado. “As oficinas dos santeiros [...] tornaram-se uma importante fonte de trabalho da região (essencialmente agrícola), já que os habitantes dali não tinham indústrias capazes de lhes dar trabalho digno e remunerado. Os pobres abundavam por todo o lado; [...] Ao lado desta situação ingrata alguém se impunha e triunfava na vida: eram os ‘mestres santeiros’. Chamavam-lhes os ‘senhores da terra’. A profissão de santeiro oferecia garantias. Além disso era uma profissão pouco dura, pois não expunha os seus trabalhadores às intempéries do tempo e não lhes exigia um esforço tão grande como o que era exigido aos lavradores e a outros ofícios” [2]. Na sequência dos levantamentos fotográficos e entrevistas áudio realizadas pelo Gabinete do Património Cultural, Divisão de Cultura e Turismo da Câmara Municipal da Trofa sobre a arte sacra do Vale do Coronado com início em 2007, foi realizada uma exposição 'A Produção de Arte Sacra no Vale do Coronado' na Casa da Cultura da Trofa, cuja responsabilidade de coordenação, produção e montagem coube a Laura Silva e a Napoleão Ribeiro. O estudo teve como ponto de partida a oficina Stúdio Nossa Senhora de Fátima (S. Mamede do Coronado) fundada pelo mestre Avelino Vinhas, por ter sido uma das mais representativas desta área, acumulando funções de oficina-escola e oficina-fábrica. O documentário teve como ponto de partida o estudo citado.



Figura 72: uma das oficinas dos mestres santeiros, mestre Manuel António Sousa Moreira

Com a decadência das ordens religiosas acelerada pelo liberalismo, os núcleos de imaginários e entalhadores das escolas do Porto, Braga e Landim, de alguma forma associadas aos mosteiros, quase se extinguíram, apesar da importância que tiveram ao longo do século XVIII, sobrando pequenos núcleos de artífices em atividade nos finais do século XIX.

A partir de 1920 dá-se a reabilitação desta atividade pelas mãos do mestre santeiro José Ferreira Thedim que ao realizar a imagem para a Capelinha das Aparições no Santuário de Fátima, ajudou a criar um novo tema iconográfico, mesmo antes da aprovação das aparições pelas autoridades eclesiásticas. O fenómeno de Fátima, ao se tornar a ponta de lança da reafirmação da religiosidade católica portuguesa, as atividades de propaganda geradas com base na imagem de Thedim promovendo a sua divulgação através de estampas e das publicações católicas e a autorização do culto da imagem nas igrejas levaram ao aumento das encomendas na oficina de Thedim e contribuiu também para este fenómeno de revitalização da atividade.



Figura 73: Arte sacra produzida nas oficinas dos mestres santeiros (modelos do espólio do mestre José Ferreira Thedim)

Adicionalmente, Thedim, com base nas descrições da Irmã Lúcia que visitou diversas vezes, criou duas novas imagens, a Virgem Peregrina e o Imaculado Coração de Maria.

Outras oficinas se adaptaram a estas novas necessidades de mercado geradas por Fátima e a revitalização da atividade ficou assegurada na região de Vale de Coronado, transformando-se no centro de produção desta imaginária.

O crescimento das oficinas levou a uma transformação estrutural em oficinas-fábrica com a consequente especialização hierarquizada da mão-de-obra, trabalhando em série sem deixarem de trabalhar artesanalmente. Para a transmissão do saber, organizavam-se em oficinas escola, e os mestres ou artífices especializados transmitiam-no aos aprendizes. Eram geralmente jovens do sexo masculino que iniciavam a sua aprendizagem depois de terminada a instrução primária, muitos por via familiar outros por relações de vizinhança e geralmente já tinham experienciado a atividade durante um dos períodos de férias. Quando as relações eram de proximidade os aprendizes não pagavam propina, os outros acordavam um pagamento ao mestre na sua fase inicial de aprendizagem. A aprendizagem inicial levava quatro a seis anos. Mantinham-se geralmente a trabalhar até à altura em que

faziam o serviço militar, recebendo um ordenado muito baixo, razão pela qual, muitas vezes, não voltavam.



Figura 74: ferramentas para trabalhar a madeira

O domínio de diferentes tipos de ferramentas (de marcação, medição, corte, percussão e de polimento - manuais e elétricas) fazia parte da aprendizagem. Para o trabalho em madeira algumas das ferramentas mais utilizadas incluem as goivas, palhetas, coxibis, maços, esquadros, grosas, réguas, compassos, plainas, serras, tornos, machados e, há menos tempo, as motosserras. Era imprescindível para se tornarem artífices não só dominá-las mas também serem capazes de fazer a sua manutenção ou mesmo transformar algumas delas, criando modelos especializados para a tarefa a realizar. Cada artífice tinha a sua própria mala de ferramentas.

Aqueles que se destacavam, especializavam-se numa das atividades, os demais realizavam tarefas consideradas de menor destreza. Os primeiros trabalhavam os detalhes (rostos, pés, mãos) sob supervisão, os segundos o desbaste inicial das peças.

Ao tornarem-se artífices, desligavam-se muitas vezes das suas oficinas de aprendizagem indo trabalhar para outros locais ou estabeleciam-se por conta própria, o que levou à proliferação de oficinas de pequena e média dimensão e à especialização da realização de outro tipo de obras de cunho não mariano.

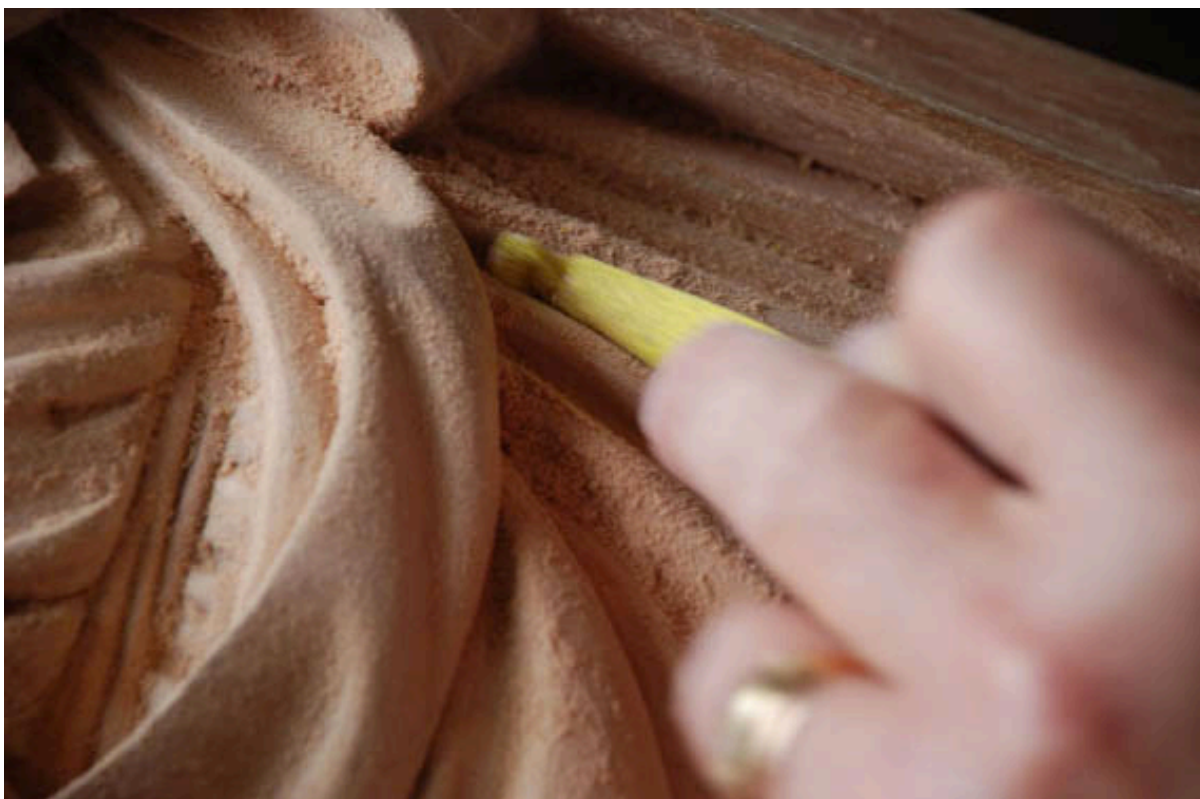


Figura 75: escultura em madeira – detalhe de escultura

De entre as oficinas que existiram, algumas atingiram dimensões consideráveis, tanto em volume de negócio como em número de trabalhadores. Destacam-se, a título de exemplo, a de Amálio Maia, Avelino Vinhas, Crispim Monteiro e Francisco da Silva Ferreiro. A partir de 1970 as encomendas baixaram e as grandes oficinas fecharam. Hoje em dia, as oficinas funcionam maioritariamente nas casa dos seus artífices mestres com um, dois ou três trabalhadores (incluindo o próprio).

Enumeram-se as oficinas extintas do Vale do Coronado, nomeadamente de São Mamede do Coronado: Oficina de José Ferreira Thedim (Vila), Oficina de Joaquim Oliveira (Feira Nova), Oficina Nossa Senhora de Fátima (Trinaterra), Oficina Manuel da Silva Ferreiro (Espírito Santo), Oficina de José Manuel Ferreira Thedim (Brêto) e Oficina São Francisco Xavier (Aldeia Nova) e de São Romão do Coronado a Oficina de Manuel Moreira (Santa Eulália).



Figura 76: escultura em madeira, detalhe das mãos

De entre as seis oficinas em laboração no Vale do Coronado: Oficina Stúdio Nossa Senhora de Fátima (Água Levada), Oficina de Arte Sacra Boaventura Matos (Água Levada), Oficina de Augusto Ferreira (Fontes), Oficina de Manuel Santos (Vilar de Lila), Oficina de Altino Pereira de Oliveira (Vilar de Lila) e a Oficina de Manuel Moreira (Santa Eulália), apenas não foi registada a atividade neste projeto da penúltima.

‘[...] a imagem religiosa é obtida através da escultura talhada. Neste processo, o recurso a um modelo ou a uma estampa é essencial. Através destes elementos, obtêm-se pontos e medidas que, associados a uma escala de ampliação [desenhada numa tábua de madeira] e redução, são aplicados na matéria prima – usualmente madeira, embora no passado também se trabalhasse com grande expressão o marfim e o mármore – servem de coordenadas para o talhe. Neste processo, o modelo ganha preferência à estampa, devido à sua tridimensionalidade, o que o torna mais próximo da imagem final que se pretende obter’ [1]. Como o modelo serve para ser reproduzido vezes sem conta, é fundamental que reúna condições de resistência e durabilidade e daí a preponderância da madeira para a sua produção. São no entanto comuns nas oficinas os modelos de gesso ou barro. Algumas vezes, os modelos eram acabados e vendidos como peça final, realizando-se uma cópia deste em gesso ou barro para utilizar como novo modelo. Esta era também a técnica utilizada para

copiar modelos de oficinas concorrentes. ‘[...] aliás, uma forma de atuar muito comum entre os santeiros e que muitas vezes dificulta a fronteira entre o original, a cópia e a réplica’ [1].



Figura 77: oficina de mestre santeiro - modelo em madeira (direita) e imagem a ser esculpida (esquerda)

A matéria mais empregue na escultura destas obras era o cedro do Brasil e o buxo. Hoje em dia, devido à proteção destas, outras madeiras são utilizadas, dependendo da obra a realizar. Depois de terminada a escultura, esta entra na fase de acabamento em que é ou polida e encerada ou, na maioria dos casos, passa por um processo um pouco mais longo com um primeiro polimento, seguido da aplicação de cola e composto de gesso e um polimento mais fino (o processo é repetido); é aplicada uma subcapa e tinta de esmalte; a peça é novamente polida e pintada com tinta de óleo. Nalguns casos são aplicados elementos decorativos e, ou folha de ouro.

O documentário “A produção de arte sacra no Vale do Coronado” [3], explora e regista a atividade dos escultores de madeira de arte sacra (santeiros), usando como seus principais informantes os mestres santeiros em atividade na área do Vale de Coronado.

Referências

[1] Casa da Cultura da Trofa (2012, Outubro). Poster “Exposição Produção de Arte Sacra no Vale do Coronado”. Câmara Municipal da Trofa.

[2] Tedim, J. M. A. (1978). Os Santeiros da Maia. Em F. de Oliveira, F. Ferreira, e E. Guimarães (Eds.), *Bracara Augusta - Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*, Volume XXXII (73–74), pp. 337–356. Câmara Municipal de Braga.

[3] Paulino, F. F. (2013, Dezembro). “A produção de arte sacra no Vale do Coronado”. (Trofa: Área Metropolitana do Porto 2013), Filme, 17 min.

Vale de Cambra: Pão e Vinho

Tempo

17'40" . 05'46"

Descrição

O tema escolhido para ser registado pelo município de Vale de Cambra foi a produção da broa de milho e do vinho assim como, as práticas agrícolas tradicionais associadas à obtenção destes produtos finais. Os saberes e práticas culturais necessárias à sua obtenção de forma tradicional, pretendia-se que fossem igualmente registados.

“Do milho tudo se aproveita: quebra-se a bandeira e arrancam-se as folhas para o gado, antes da apanha da espiga; [...] as espigas são apanhadas no fim do Verão, secas na eira e guardadas em espigueiros; a desfolhada é ocasião de festa entre vizinhos; o grão, reduzido a farinha, serve para a broa [...]” [2].



Figura 78: desfolhada em Paraduça

De igual modo, o ciclo anual da vinha, segue o ritmo das estações.

O concelho de Vale de Cambra, localiza-se na região Norte na sub-região de Entre Douro e Vouga e é demarcada por dois grandes relevos que integram o Maciço da Gralheira, a Serra da Freita (cujo limite sul domina o norte do concelho) e a Serra do Arestal (a sul do concelho), pululados por esporões rochosos, altiplanos e linhas de água. O concelho tem uma paisagem geográfica diversificada e as comunidades desenvolveram-se tanto nas terras baixas de declives suaves como nas terras altas de declives muito acentuados, variando entre os 200 e os 1000m de altitude. Duas bacias merecem destaque pela sua importância, as do rios Caima / Viges (definem as áreas das terras baixas) e da Ribeira de Paraduça / Rio Arões (terras altas). A cidade de Vale de Cambra localiza-se nas terras baixas e é irrigada pelos rios Caima e Viges, tendo sido desde cedo um entreposto comercial devido à sua localização e acessos. A industrialização permitiu o desenvolvimento desta cidade ao atrair população para trabalhar na indústria, vindo a substituir Macieira de Cambra como sede do concelho desde 1926.



Figura 79: broa de milho

A riqueza da região em água permite a agricultura de espécies que necessitam de muita água, muitas vezes complementadas com a irrigação, como é o caso do milho. O Caima, que nasce na Serra de Freita e desagua no rio Vouga, divide o município em duas partes, Norte e Sul; junto à nascente tem uma queda de água (Frecha da

Mizarela) que a leva a passar da cota dos 900m para uma cota 75m abaixo, sendo conduzido apertadamente entre duas vertentes até que em Rôge a sua água é contida numa barragem para irrigação das terras baixas.

O concelho de Vale de Cambra é simultaneamente industrial e agrícola. A última fase de industrialização teve origem pelas décadas de 1960/70 com a criação de grandes unidades industriais, em particular no sector da metalomecânica. Mas é do pão e do vinho que trata o documentário.



Figura 80: pormenor de moinho na Rota dos Moinhos em Paradaça

Na aldeia de Paradaça pertencente à freguesia de Arões, entre as Serras do Arestal e da Arada em plenas terras altas, onde cada pedaço de terra é trabalhado pelo homem e aproveitado para a agricultura, cultivam-se, para além do necessário para a alimentação diária da comunidade que nela habita, o milho e a vinha. Com pequenas alterações os rituais agrícolas são iguais aos do passado mas, todos temem que, cada vez mais abandonadas, as terras e o seu cultivo venham a desaparecer ao mesmo tempo que esta geração que hoje ainda as trabalha.

Num esforço para preservar e transmitir estas práticas e saberes ancestrais, a aldeia de Paradaça, tem-se organizado para dar a conhecer aos de dentro e aos de fora como se produz a broa de milho, o principal tipo de pão produzido e consumido nesta região das terras altas. Para isso, há poucos anos iniciou o restauro do forno comunitário, apesar de a maior parte dos habitantes terem o seu próprio forno de

pão a lenha, e o restauro de cinco dos moinhos comunitários, alimentados todos pela mesma levada, desviada da Ribeira de Paraduça, dos quais, neste momento, apenas três estão operacionais (Cavada, Burmeiral e Cabo). E para que quem os visite possa perceber e aprender o que a feitura da broa de milho envolve, promovem num dia do início de Abril a Mostra da Broa e Produtos Tradicionais da Aldeia de Paraduça, em que os moinhos estão abertos ao público e a moer os grãos de milho e se pode acompanhar a preparação do pão no forno comunitário, desde o amassar até à sua cozedura.

Rota dos Moinhos de Paraduça: os moinhos da aldeia de Paraduça, durante décadas foram utilizados com as estruturas danificadas, mas em 2002 a população resolve restaurar cinco moinhos que hoje fazem parte da rota, beneficiando os seus utilizadores e simultaneamente promovendo o seu interesse turístico. No documentário, para além do historial deste processo de recuperação podemos aceder à descrição de como a água era e é partilhada pela comunidade, quer no que toca à utilização desta para a rega dos seus campos quer no que toca à utilização para mover as mós dos próprios moinhos, sendo dividida, como nos explica um dos informantes, em blocos de 24 horas pelos diversos casais de agricultores. Em 2004 o restauro foi dado como terminado, no entanto, um dos moinhos continua sem mó, sendo necessário substituí-la e um outro, aquele que fica mais longe da aldeia, no topo da levada, precisa de uma melhoria dos acessos.

No que diz respeito à broa de milho, três das nossas informantes, com o objetivo de transmitir estes saberes às novas gerações, mostram em público como se prepara o pão, com farinha de milho e centeio, água e fermento, referindo que, à data de hoje, já nenhuma das mais novas consegue, sem ajuda, fazê-lo. Seguindo a tradição, tanto no fermento como no pão é marcada a cruz e é dita três vezes seguidas a reza da praxe: “São José te levede, Senhor João Vicente te acrescente, São João te faça pão”. Quando se termina de amassar o pão, repete-se a reza, mas na ordem inversa. Benze-se primeiro o fermento, depois o pão, e por fim o forno, dizendo-se igualmente uma reza ao fechar o forno.

Entre estes dois momentos chave, outras atividades relacionadas com a produção agrícola do milho, como a colheita e a desfolhada são registadas. Nestas, o trabalho agrícola envolve sempre bastantes elementos da aldeia de Paraduça. Atividades relacionadas com a produção do vinho foram registadas também em Paraduça mas, optou-se por selecionar para fazerem parte da narrativa do documentário aquelas desenvolvidas por gentes da vila de Macieira de Cambra.



Figura 81: vindima em Macieira de Cambra

Em Macieira de Cambra foi a temática do vinho a registada, tratando-se a vindima e o pisar das uvas. O nosso informante principal nesta comunidade refere como antigamente na quinta, as pessoas pulverizavam o sulfato à moda tradicional, com máquinas de pedal, levando quase uma semana a colocar sulfato nas ramadas, mas, hoje em dia, era necessário haver a modernização dos processos agrícolas, sendo as vinhas plantadas em latadas e pulverizando-se com trator, tornando o processo muito mais barato. Se os processos fossem os antigos, os custos da mão de obra não justificavam o cultivo da vinha por este não ser rentável. Ainda assim, para além de abordar a questão da necessidade da modernização, advoga também que é absolutamente necessário, cultivar outros produtos que não a vinha, e que apenas continuam a fazê-lo por gostarem e ser uma paixão, sendo algo que já vem dos pais e dos avós. Manter essa tradição e essa ligação ao passado e às suas técnicas é importante mesmo que não seja rentável do ponto de vista económico. No que diz respeito aos jovens estes também colaboram embora tenham outras atividades, participando principalmente nas farras da pisagem da uva. Trata-se de uma agricultura de sobrevivência. Ninguém já faz desta a sua atividade principal – as pessoas tem os seus empregos e depois têm este complemento, principalmente por gosto.



Figura 82: pisagem da uva no lagar em Macieira de Cambra

Faz-se a vindima, depois os bagos de uvas são separados dos seus cachos na desenganchadora e, nos lagares, procede-se à pisa da uva pelo método tradicional, isto é, com os pés. Grupos de homens, em ambiente de convívio e ‘farra’, pisam durante horas as uvas. Passa, depois de um período de fermentação que pode durar, no caso do tinto, até dois dias, dois dias e meio, pela prensa e é colocado nos tonéis ou cubas, para fermentar, completando-se assim o ciclo do vinho.

A necessidade de adaptar os métodos para facilitar a atividade e ter um rendimento melhor, é um tema recorrente. Afirma o nosso informante principal desta comunidade de Macieira de Cambra que, só dessa forma se consegue ‘guardar o património e ver o que era a cultura antigamente’. Sendo necessário acompanhar as evoluções, modernizar e ir para a frente: “com alguma pena, ainda há pouco se falou que [...] na escola primária e na escola secundária, [...] [chega-se] às crianças hoje, [...] e pergunta-se-lhes de onde vêm as uvas ou de onde vem o milho ou de onde vem um ovo, e elas dizem - "Vem do supermercado" -, nem sequer estão ligadas à terra, e está-se a perder muitos valores em termos da terra”.

É esta preocupação com a transmissão dos saberes sobre o homem, a terra e as interações entre ambos, que leva a que Vale de Cambra, sede de um concelho ainda em grande parte rural, tenha organizado a festa da desfolhada em pleno centro da cidade, tentando transmitir às gerações mais novas, como era realizada uma das atividades fecho do ciclo agrícola do milho, em que todos podem participar,

retirando as folhas (camisas) às espigas e juntar-se às brincadeiras e canções a esta atividade associadas. A desfolhada foi sempre uma atividades comunitária, um trabalho e simultaneamente em evento social e as brincadeiras são dos poucos momentos em que a proximidade física não só era permitida como fomentada.



Figura 83: vinho a fermentar em Macieira de Cambra

O documentário “Pão e Vinho” [1], explora e regista as atividades agrícolas desenvolvidas para a obtenção dos produtos finais da broa de milho e do vinho, incluindo os saberes culturais necessários à sua obtenção de forma tradicional.

Referências

[1] Paulino, F. F. (2013, Dezembro). “Pão e Vinho”. (Vale de Cambra: Área Metropolitana do Porto 2013), Filme, 17 min.

[2] Ribeiro, Orlando (1991). “O Mundo Rural” in Opúsculos Geográficos, Volume 4, Fundação Calouste Gulbenkian

Valongo: Tapetes Florais de Alfena

Tempo

21'35" / 06.18"

Descrição

O tema escolhido pelo município de Valongo para ser registado foi a realização dos tapetes florais da Festa de N.^a Sr.^a do Amparo em Alfena. Alfena é a cidade onde esta festa tem lugar. As atividades religiosas começam uma semana antes da festa principal com a procissão das velas, entre a Capela de N. Sra. do Amparo e a Igreja Matriz, terminando com a construção dos tapetes florais, que são executados durante toda a noite, pela comunidade, cobrindo as ruas por onde a procissão passa.

A segunda procissão, que tem lugar no dia da festa, faz o caminho inverso da primeira.



Figura 84: construção do tapete floral: modelos de madeira preenchidos com serradura colorida

Por estes motivos, por esta dedicação da comunidade, a construção dos tapetes florais demonstra uma motivação religiosa: “Muito povo sempre na Procissão, e mais gente, a que não podia incorporar-se no cortejo e os forasteiros, ladeando a estrada em guarda de honra ou enchendo as janelas enfeitadas dos edifícios. Para quem não podia participar, era de obrigação moral vir dar presença ao menos à passagem da Senhora. Tal como era de brios que cada lugar atapetasse com verdes e montasse enfeites, mastros e arcos, no pedaço de rua que se entendia corresponder ao respetivo quarteirão da freguesia” [2].



Figura 85: construção do tapete floral: modelos de madeira preenchidos com flores

Os habitantes de Alfena que participam das atividades de planeamento, preparação e construção dos tapetes florais, regra geral, vivem nas ruas que o recebem. Estes estão organizados por rua, e em alguns casos a rua está dividida por mais do que um grupo.



Figura 86: construção do tapete floral com motivos em sal colorido

Existem dez grupos, a saber:

- Grupo da Costa, um grupo bastante grande que é responsável pela área que começa em frente à Igreja Matriz, estendendo-se pela rua da Costa. Usam diversas técnicas de construção e matérias-primas variadas que se alternam ao longo da rua; flores e serradura colorida; os desenhos são feitos com modelos de madeira ou papel;
- Grupo FNA (S. Vicente / Nova de Alfena), um pequeno grupo de escuteiros adultos (Fraternidade Nuno Álvares), para a área do cruzamento entre as ruas da Costa e Nova de Alfena. Estes usam sal colorido e o desenho é obtido usando giz para os contornos que são depois preenchido com sal colorido;
- Grupo Rua Nova de Alfena (Moura), os grupos 3, 4 e 5 dividem a rua Nova de Alfena em três partes, e são constituídos por pequenas unidades familiares. Todos os grupos utilizam flores como matéria-prima e pequenos modelos de madeira para obter o desenho dos motivos. Estes têm as faixas mais estreitas de todo o tapete floral, uma consequência das pequeníssimas unidades do grupo e da subdivisão excessiva desta rua.
- Grupo Rua Nova de Alfena (Moura/Souto)
- Grupo Rua Nova de Alfena (Souto)

- Grupo São Lázaro, também um grupo muito grande, mas não o maior. Estes usam serradura colorida como principal matéria-prima e flores azuis para completar os desenhos que são obtidos com a ajuda de modelos de madeira. A rua é muito longa, com aproximadamente um quilómetro de comprimento.
- Grupo CNE (Largo da Codiceira), um grupo de tamanho médio constituído por escuteiros religiosos adolescentes pertencentes ao Corpo Nacional de Escutas, que ficou com a responsabilidade de uma encruzilhada, situada entre as ruas dos grupos 6 e 8. Usam exclusivamente sal colorido, roxo e branco, como matéria-prima. Utilizam giz para desenhar os detalhes de imagem que foram posteriormente preenchidas com sal.
- Grupo da Codiceira (Rua N. Sra. do Amparo), assegura o primeiro terço da rua N.ª Sra. do Amparo. Esta rua é dividida em três partes, todas asseguradas por grandes grupos. Os Grupos 8 e 9 usaram técnicas mistas e matérias-primas várias nomeadamente, flores, serradura colorida e sal colorido ocasionalmente; os desenhos foram obtidos através de modelos de madeira e papel. Este grupo é composto por moradores da rua.
- Grupo Ferrara / Gândara (Rua N.ª Sra. do Amparo), este grupo consiste em moradores das ruas Ferrara e Gândara, situadas no lado oeste da freguesia de Alfena, onde outrora foi construído o tapete floral.
- Grupo Transleça - Capela (Rua N.ª Sra. do Amparo / Capela). Este grupo, um dos maiores e organizado em subgrupos, embora use as mesmas técnicas dos dois anteriores, especializou-se na construção de motivos em sal colorido e tomou a seu cargo o último terço da rua, que incluiu a frente da Capela da N.ª Sra. do Amparo, onde o tapete floral termina.



Figura 87: construção do tapete floral: os desenhos são obtidos utilizando modelos em papel

A exploração e registo de construção do tapete floral foi dividida em cinco fases. O planeamento da atividade (um grupo), a coleta de matérias-primas (dois grupos), a preparação (quase todos os grupos), a construção do tapete de floração (todos os grupos), o epílogo ou destruição pelo uso do tapete sob os pés da procissão que passava.



Figura 88: construção do tapete floral: desenhando com flores

O documentário Tapetes Florais de Alfena [2], explora e regista as atividades de planeamento, preparação e construção, tendo como seus principais informantes os habitantes de Alfena, principalmente os que vivem nas ruas onde a procissão passa e onde o tapete floral é construído. Estes pertencem aos grupos de construção (particulares ou institucionais) e participaram diretamente nesta atividade. Estes grupos, num total de dez, correspondem aproximadamente às ruas que receberam o tapete floral nas festividades de 2013.



Figura 89: procissão da N. Sra. do Amparo. '[Há] muito povo sempre na Procissão, e mais gente [...]e os forasteiros, ladeando a estrada em guarda de honra [...]' [1]



Figura 90: a natureza efêmera do tapete floral: epílogo causado pela chuva torrencial.



Figura 91: a natureza efémera do tapete floral: epílogo causado pelo uso do tapete sob os pés dos participantes na procissão a ser registado pela equipa de filmagem

Referências

[1] Moreira, D., N. Cardoso, M. Gonçalves (1983). Nossa Sra. do Amparo. Alfena: Edição de autor.

[2] Paulino, F. F. (2013, Dezembro). “Tapetes Florais de Alfena”. (Valongo: Área Metropolitana do Porto 2013), Filme, 21 min.

Vila do Conde: O Homem e o Mar

Tempo

18'09" / 05'55"

Descrição

O tema escolhido pelo município de Vila do Conde para ser registado foi as experiências e memórias das mulheres e homens, da comunidade de Caxinas, Vila do Conde, profundamente ligados à atividade da pesca e ao mar, quer essa atividade se desenvolvesse em terra ou no mar.



Figura 92: Caxinas, fotografia de mulheres com as redes de especialidade 'ganha-pão'

Inicialmente, o tema proposto pelo município foi o linguajar caxineiro mas, quando o trabalho de campo foi iniciado, foi concluído que esta forma particular de linguajar já

não era falada. Embora pudesse ser identificada uma pronúncia específica entre os habitantes da área, pode-se dizer que o falar Caxineiro já não estava em uso. Por esta razão, e dada a seleção de informantes fornecida, foi decidido que o que unia os informantes do nosso trabalho eram as memórias ligadas a atividades de pesca e que estas eram praticadas por homens e mulheres.

“Quero trazer à memória aqueles que já partiram ou envelheceram, como as velhas embarcações que tripulavam e com quem muitas vezes conversei. Quero contribuir para que o homem nunca se esqueça que se passa transitoriamente, mas que deve atar sempre o passado ao futuro.



Figura 93: Caxinas, pescador beijando a fotografia dos seus familiares (antigos pescadores)

Sinto que é meu dever relatar aqui a vida dura desta humilde gente, para lição dos descendentes e dos vindouros, de forma a poderem conservar como documento, como recordação, como exemplo e conselho, o legado destes homens, desta gente da minha terra - Caxinas” [1].

Um forte sentido de identidade, originado há muito tempo mas ainda real nos tempos presentes, está sempre ligado ao mar ou às atividades que se desenrolam à sua volta.



Figura 94: Caxinas, Francisco Pontes e António Lazera, dois pescadores reformados

Clarificando, é importante afirmar que Caxinas, um local a norte do município de Vila do Conde, sendo um aglomerado piscatório, no início era constituído por barracos de madeira situados numa enseada que alojava pequenos barcos de pesca e que era acedida por trilhos nas dunas de areia. Foi criada pela fixação de algumas famílias de pescadores oriundos das áreas circundantes de Vila do Conde e Póvoa do Varzim no limite norte [1]. Mais tarde, em 1886, José Ferreira Lima e António Lopes Pereira Cadeco, pediram ao município autorização para a construção de um pequeno conjunto de casas, tendo esta sido concedida. Mais tarde ainda, António dos Santos Vila Cova e “Zé da Clara” ordenaram a construção de quarenta casas adicionais [1], tendo sido considerados os verdadeiros construtores de Caxinas como um local infraestruturado e organizado, levando à abertura de ruas e dando origem a uma contínua expansão urbana. Hoje em dia, Caxinas é um grande centro populacional com uma identidade comunitária bem definida e estruturalmente moderna.

Uma grande parte da população estava e ainda está envolvida em atividades relacionadas com a pesca. Esses são os informantes que partilham as suas memórias neste documentário. Os supracitados são constituídos por pessoas de ambos os sexos.



Figura 95: Caxinas, Marcelina Costa, Maria do Carmo Pontes e Margarida Marafona, mulheres de pescadores

O documentário “O Homem e o Mar” [2] segue a vida dos pescadores, dos homens e mulheres ligados ao mar, as suas esperanças e receios.

Referências

[1] Cova, J. V. (2008). Caxinas: A minha terra e a minha gente. Câmara Municipal de Vila do Conde. ISBN 978-972-9453-86-1.

[2] Paulino, F. F. (2013, Dezembro). “O Homem e o Mar”. (Vila do Conde: Área Metropolitana do Porto 2013), Filme, 18 min.

Vila Nova de Gaia: Movimento Associativo

Tempo

20'41" / 05'38

Descrição

O tema escolhido pelo município de Vila Nova de Gaia para ser registado foi o movimento associativo e as vivências e memórias destas comunidades. Pessoas pertencentes a associações de teatro das freguesias do município de Vila Nova de Gaia foram convidadas a descrever uma história de vida que tivesse sido desencadeada nestes contextos e que, tivesse de alguma forma, alterado a sua vida. Foram selecionadas de acordo com as suas histórias e as suas memórias registadas. Algumas histórias têm um envolvimento de carácter pessoal outras, representam um envolvimento institucional. *“As vivências dos indivíduos no seio das coletividades e o impacto positivo destas nas suas vidas são aspetos muitas vezes esquecidos. Os hábitos e os modos de vida de centenas de pessoas que alimentam o setor associativo não se manifestam nas representações de uma peça de teatro ou num recital. Digamos que estes são apenas a ponta do iceberg.”* [Vitor Silva Pinto, declaração pessoal, C. M. Vila Nova de Gaia].



Figura 96: Movimento associativo, bandeira vencedora da competição de bandeiras de 1959

Ricardo Figueiredo, pertence à Associação Recreativa Entre Parentes, Vilar do Paraíso/V. N. Gaia, fundada em 1940 por um grupo de amigos. Os seus membros consideram como seu ex-líbris, a vitória obtida numa competição de bandeiras. A sua bandeira foi considerada a mais bonita de todas as apresentadas pelas coletividades do distrito do Porto. Orgulhosos desta conquista decidiram que, a sua história deveria relatar este facto. Intercalada com esta história, Ricardo Figueiredo, conta pequenas histórias que se passaram com ele e outros membros e explica porque é tão importante para as comunidades a existências destas associações.

Fernando Mendes, da Fábrica da Igreja Paroquial de Oliveira do Douro – Grupo Cénico, Oliveira do Douro/V. N. Gaia, conta-nos sobre a sua vida e sobre a influência que este grupo de teatro teve nela. Fala-nos das mudanças que, o facto de a ele pertencer, trouxe à sua vida privada, profissional e personalidade. Em particular, o desenvolvimento da sua capacidade de comunicação com os outros. Fernando também nos relata como a estrutura deste grupo é baseado em núcleos familiares, formato este que define também os métodos de transmissão.



Figura 97: Movimento associativo, Fernando Mendes, da Fábrica da Igreja Paroquial de Oliveira do Douro - Grupo Cénico

Alzira Santos, da Associação Recreativa Os Plebeus Avintenses, Avintes/V. N. Gaia conta-nos uma história de amor e consequente história de vida. As palavras desta resumem melhor do que as nossas, este acontecimento: “Aquele dia do ano 1973 em que entrei nos Plebeus Avintenses, mudou para sempre a minha vida! [...] Sentia que não lhe passava despercebida [a Mário Sancho]. Procurava todos os momentos disponíveis, sem prejudicar a criação, para se aproximar e comigo trocar ideias. Agradava-me... Tinha mais dez anos que eu e uma grande experiência de vida! E a nossa relação ia crescendo, enriquecendo-se e tomando forma como a peça que trabalhávamos!”



Figura 98: Movimento associativo, Alzira Santos, da Associação Recreativa Os Plebeus Avintenses

Laurentim Castro, da Associação Cultural e Recreativa Os Amigos Vilarenses, Vilar do Paraíso/V. N. Gaia fala-nos da sua vida e da importância que qualquer grupo de teatro tem na vida das pessoas. Teve a sua primeira experiência com sete anos de idade, quando saltou para um palco improvisado sobre o tablado de um velho camião imitando a poupa: Poupou! Poupou!

Laurentim conta-nos as suas memórias como ator e mostra-nos a importância destas coletividades sociais e culturais nomeadamente, para o crescimento e consolidação das relações no seio da comunidade e da família, realçando o papel que os mais velhos têm na aproximação entre várias gerações, transmitindo saberes enquanto encorajam os mais novos a participar.



Figura 99: Movimento associativo, Laurentim Castro, da Associação Cultural e Recreativa Os Amigos Vilarenses

O documentário Movimento Associativo. Vivências e memórias da comunidade [1], explora e regista as experiências e histórias de vida de pessoas pertencentes a coletividades neste caso ligadas à atividade cultural do teatro e que, de alguma forma, foram desencadeadas por esta pertença a estas coletividades, usando como principais informantes esses indivíduos selecionados com uma história para contar.

Referências

[1] Paulino, F. F. (2013, Dezembro). “Movimento Associativo. Vivências e memórias da comunidade”. (Vila Nova de Gaia: Área Metropolitana do Porto 2013), Filme, 20 min.